

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – SANTA RITA  
CURSO DE DIREITO**

**RODRIGO PAIVA DE QUEIROZ**

**A ALIENAÇÃO PARENTAL E A EFETIVA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES  
CABÍVEIS AO ALIENADOR**

**SANTA RITA  
2018**

**RODRIGO PAIVA DE QUEIROZ**

**A ALIENAÇÃO PARENTAL E A EFETIVA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES  
CABÍVEIS AO ALIENADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Direito do  
Departamento de Ciências Jurídicas de  
Santa Rita, da Universidade Federal da  
Paraíba, como exigência parcial da  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Jurídicas.

Orientadora: Prof. Doutora Duina Mota  
de Figueiredo Porto.

**SANTA RITA**

**2018**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

QUEIRA Queiroz, Rodrigo Paiva de.

A Alienação Parental e a Efetiva Aplicação das Sanções  
Cabíveis ao Alienador / Rodrigo Paiva de Queiroz. -  
Santa Rita, 2018.

63 f.

Orientação: Duina Mota de Figueiredo Porto.  
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SR.

1. Alienação Parental.Família.Sanções.Lei nº12.318/10.  
I. Porto, Duina Mota de Figueiredo. II. Título.

UFPB/CCJ

**RODRIGO PAIVA DE QUEIROZ**

**A ALIENAÇÃO PARENTAL E A EFETIVA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES  
CABÍVEIS AO ALIENADOR**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Ciências Jurídicas de Santa Rita, da  
Universidade Federal da Paraíba -  
UFPB, como requisito parcial à obtenção  
do grau de Bacharel em Ciências  
Jurídicas.

Orientadora: Prof. Doutora Duina Mota  
de Figueiredo Porto.

Área: Direito de Família

Banca Examinadora:

Data de Aprovação: \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Duina Mota de Figueiredo Porto (Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa (Examinadora)

---

Prof<sup>a</sup> Ludmila Cerqueira Correia (Examinadora)

Dedico este trabalho à minha amada mãe, Maria das Graças Paiva de Vasconcelos (in memoriam), por me conceder o dom da vida, por ser incentivadora e colaboradora de todas as minhas conquistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Antes de tudo, é sempre muito difícil agradecer nominalmente sem esquecer nomes que devam ser lembrados. Muitas são as pessoas que de alguma forma contribuíram com o meu sucesso, estando ao meu lado nos momentos bons e ruins. Por isso, de antemão, agradeço a todos e em especial aqueles que guardo em meu coração.

Agradeço primeiramente ao meu DEUS, que cuida e zela por mim em todo momento.

À minha família, pelo o amor e apoio incondicional. Em especial a minha mãe, Maria das Graças Paiva de Vasconcelos (in memoriam), uma mulher guerreira e de coragem que acreditou em meus sonhos e não mediu esforços para me ajudar a realizá-los, e à minha esposa, Hedwig Tayse Paiva de Queiroz, que sempre será referência de cuidado e dedicação.

Pela minha amada filha Letícia Paiva de Queiroz, que mesmo sem entender, por ser apenas um bebê, inspira-me todos os dias e é fonte de um amor maior, com o qual assumo grande responsabilidade de ser exemplo. Por amor a elas, lancei-me na obrigação de realizar as conquistas e superar os obstáculos erguidos. Por vocês, acima de tudo, é que venço!

À minha orientadora, Professora Duina Mota de Figueiredo Porto, pelo auxílio e orientação na elaboração deste trabalho e por ter me motivado que o mesmo seria possível, fazendo-me acreditar em meus sonhos acadêmicos. Obrigado pelas oportunidades.

Aos meus colegas de turma do curso de Direito de Santa Rita, pela paciência e compreensão que me dedicaram durante todos esses cinco anos de curso.

Por fim, agradeço a todos que participaram da minha vida acadêmica, de forma direta ou indireta, contribuindo para a minha formação.

“Os pais devem amar e cuidar dos seus filhos conjuntamente embora separados, pois não existe em nosso ordenamento jurídico a figura dos ex-pais e ex-filhos, sendo que esta é uma relação que perdurará por toda a vida dos pais e dos filhos”.

Autor Desconhecido

## RESUMO

O presente trabalho analisa a alienação parental e a efetiva aplicação das sanções cabíveis ao alienador, nos termos da Lei nº 12.318/10. A escolha do tema justifica-se pelo motivo de quando criança eu fui vítima de alienação parental, sofrendo consequências até os dias atuais, como não ter uma intimidade familiar com meu Pai. Também pelo fato de hoje eu ser Pai de dois filhos, não gostaria que meus filhos passassem pelo que eu sofri e finalmente por sua importância social, em um contexto de mudanças nas famílias brasileiras e do elevado número de dissoluções nos vínculos conjugais. Esses fatores fizeram com que eu tivesse o interesse de pesquisar mais sobre o tema, buscando informações nos julgados e jurisprudências, se as leis brasileiras estão sendo efetivas para prevenir e punir os alienadores. A alienação parental surge normalmente em decorrência de rompimentos conjugais que envolvem guarda dos filhos menores, constatando-se uma campanha de desmoralização de um genitor por outro, o que pode levar à síndrome da alienação parental que compromete a saúde emocional da criança e do adolescente, dificultando a convivência familiar e prejudicando o vínculo afetivo entre eles. O objetivo principal da legislação supracitada é prevenir e evitar o agravamento de maiores danos psicológicos à criança e ao adolescente, respeitando, portanto, seus direitos fundamentais. Assim, o primeiro capítulo aborda as transformações e novos conceitos de família, o direito à convivência familiar, o poder familiar, o rompimento conjugal e as atualizações legislativas pertinentes ao tema. O segundo capítulo trata do surgimento, dos conceitos, das características da alienação parental e de sua distinção em relação à síndrome da alienação parental. O terceiro capítulo é dedicado às sanções aplicáveis ao genitor alienador, conforme a Lei nº 12.318/10, a jurisprudência e as responsabilidades penal e civil, pois, além das medidas legais que servem como punição e prevenção das práticas de alienação parental, há também responsabilidades penais, haja vista que a prática da alienação parental passou a ser reconhecida como violência psicológica, e o infrator poderá ser preso. Tomando como amparo jurídico a Constituição Federal de 1988, o Código Civil de 2002, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e outras legislações vigentes, tendo em vista o respeito à dignidade da pessoa humana e o melhor interesse do menor, realizou-se uma pesquisa descritiva, com revisão bibliográfica em doutrinadores estudiosos no tema.

**Palavras-chave:** Alienação Parental. Família. Melhor interesse da criança e do adolescente. Sanções. Lei nº 12.318/10.



## **ABSTRACT**

The present work analyzes the parental alienation and the effective application of the applicable sanctions to the alienator, under the terms of Law 12.318 / 10. The choice of theme is justified by the reason that as a child I was a victim of parental alienation, suffering consequences to the present day, such as not having a familiar intimacy with my Father. Also because today I am a Father of two children, I do not like that my children went through what I suffered and finally their social importance, in a context of changes in Brazilian families and the high number of dissolutions in marital bonds. These factors have made me have the interest of researching more on the subject, seeking information in the judgments and jurisprudence, if the Brazilian laws are being effective to prevent and punish the alienators. Parental alienation usually arises as a result of marital disruptions involving custody of the minor offspring, a campaign of demoralization of one parent by another, which can lead to the syndrome of parental alienation that compromises the emotional health of the child and the adolescent, hindering the family coexistence and damaging the affective bond between them. The main objective of the above-mentioned legislation is to prevent and avoid the aggravation of greater psychological damages to the child and the adolescent, respecting, therefore, their fundamental rights. Thus, the first chapter deals with the transformations and new concepts of family, the right to family coexistence, family power, marital disruption and legislative updates pertinent to the theme. The second chapter deals with the emergence, the concepts, the characteristics of parental alienation and its distinction in relation to the syndrome of parental alienation. The third chapter is devoted to the sanctions applicable to the alienating parent, according to Law nº 12.318 / 10, jurisprudence and criminal and civil responsibilities, as besides legal measures that serve as punishment and prevention of practices of parental alienation, there are also responsibilities penalties, since the practice of parental alienation has come to be recognized as psychological violence, and the offender may be arrested. Taking as legal protection the Federal Constitution of 1988, the Civil Code of 2002, the Statute of the Child and Adolescent (ECA) and other legislation in force, in order to respect the dignity of the human person and the best interest of the child, a descriptive research was carried out, with a bibliographical revision in doctrines scholars in the subject.

**Keywords:** Parental Alienation. Family. Best interests of children and adolescents. Sanctions. Law nº 12.318 / 10.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>2 FAMÍLIA.....</b>	<b>13</b>
2.1 CONCEITOS DE FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES.....	14
2.2 O ROMPIMENTO DA FAMÍLIA CONJUGAL E O DIREITO À CONVIVENCIA FAMILIAR.....	21
2.3 ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS PERTINENTES À TEMÁTICA....	24
<b>3 ALIENAÇÃO PARENTAL.....</b>	<b>31</b>
3.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS.....	32
3.2 SURGIMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS EFEITOS....	36
3.3 DISTINÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	39
<b>4 A LEI Nº 12.318/10 E AS SANÇÕES APLICÁVEIS AO ALIENADOR.....</b>	<b>43</b>
4.1 SANÇÕES E A APLICABILIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO .....	44
4.2 RESPONSABILIZAÇÃO FACE A ALIENAÇÃO PARENTAL .....	54
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso tem o escopo de abordar um tema bastante atual na esfera jurídica, que é a alienação parental, processo em que um dos genitores (alienador) realiza uma campanha de desmoralização colocando o filho contra o outro genitor (alienado), através da implantação das falsas memórias, fazendo com que o menor se convença que realmente odeia o outro genitor. Este é um assunto polêmico com bastante repercussão na sociedade e no Judiciário, e, para debater a questão, é necessário partir de embasamentos teóricos e jurisprudenciais. O estudo, portanto, tem seus pilares na doutrina, na legislação, na jurisprudência e em artigos referentes ao tema.

A alienação parental tornou-se mais evidente a partir das transformações na sociedade e das famílias, sobretudo com o aumento no número de divórcios e rompimentos das relações conjugais. Vários casais não conseguem aceitar o término da uma relação a dois, transferindo para os filhos o ódio e as decepções amorosas. Com a não aceitação pelo fim do relacionamento, inicia-se um conflito pela guarda dos filhos e também, como consequência, os atos da alienação parental. Dessa maneira, um ou os dois genitores, movidos por mágoas e com sentimento de vingança, passam a agir com atitudes maléficas aos filhos e ao outro genitor.

As consequências dessa prática desastrosa foram estudadas pelo psiquiatra Richard Gardner, que analisou a denominada de “Síndrome da Alienação Parental”. Com a finalidade de prevenir e punir os alienadores por essa prática no Brasil, foi promulgada em 26 de agosto de 2010 a Lei nº 12.318 (Lei da Alienação Parental).

A conduta da alienação parental tem por objetivo o distanciamento do menor e do seu genitor não detentor da guarda, prejudicando o convívio do pai ou mãe alienada com seu filho. Essas atitudes deverão ser responsabilizadas conforme dispõe a Lei nº 12.318/10, o Código Civil Brasileiro de 2002 e o Código Penal, sem esquecer, ainda, o respeito aos princípios e direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Para uma melhor apresentação e compreensão do conteúdo deste trabalho, optou-se por dividi-lo em três capítulos. No primeiro capítulo, serão abordadas as transformações da sociedade e do conceito de família, através de um estudo mais histórico, bem como da análise sobre a recepção da família pela Constituição

Federal de 1988 e pelo Código Civil de 2002, levando em consideração as transformações a partir das conquistas pelas mulheres e sua de sua inserção no mercado de trabalho. Tais mudanças vieram acompanhadas de uma maior igualdade no âmbito das relações conjugais e familiares, mas também do aumento dos divórcios e de disputas pela guarda de filhos, as quais, muitas vezes, abrem espaço para a prática da alienação parental.

No segundo capítulo, será relatado um estudo sobre a alienação parental, sua origem, características, consequências e as distinções com a denominada “Síndrome da Alienação Parental”. Esta, se não tiver tratamento adequado e urgente, poderá causar danos psicológicos irreversíveis, tanto que é destacada a importância de outras áreas de conhecimento e de uma atuação profissional diversificada, a exemplo de psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais que, agindo em conjunto com o Poder Judiciário, poderão identificar e realizar o tratamento da maneira adequada.

Por fim, no último capítulo, será feita uma análise da Lei nº 12.318/2010, que trata da alienação parental, suas características e importância. O enfoque à referida lei será direcionado ao artigo 6º, que traz as medidas aplicáveis pelo magistrado ao genitor alienador. Além destas sanções, será visto que, de acordo com outras leis do sistema jurídico nacional, a alienação é considerada violência psicológica e o alienador poderá ser responsabilizado criminalmente, vindo a ser preso. É importante apreciar a responsabilidade nos casos de alienação parental, para evitar e punir os alienadores por essas atitudes que prejudicam as crianças e os adolescentes.

Assim, a metodologia utilizada no presente trabalho parte da pesquisa descritiva, baseada em fontes bibliográficas doutrinárias, legislativas e jurisprudenciais, para estudar sobre a alienação parental e as sanções aplicáveis ao alienador, no intuito de perscrutar se as mesmas estão sendo efetivas, para gerar a consciência de que a prática desses atos é passível de responsabilização e punição, em vista da preservação do melhor interesse da criança e do adolescente. O critério utilizado na escolha das jurisprudências deste trabalho foram os julgados mais recentes da aplicação das sanções da lei 12.318/2010 pelo magistrado.

## 2 FAMÍLIA

Para compreender o tema debatido neste trabalho, que aborda a questão da alienação parental, faz-se necessário entender a família a partir de uma perspectiva ampla, levando em consideração suas transformações históricas, seus novos conceitos em meio à sociedade pós-moderna e a ligação existente com as leis do nosso ordenamento jurídico. Visto que é na família em que ocorrem os casos de alienação parental, justifica-se a análise sobre as concepções e transformações sociais para entender tal problemática.

Ademais, tendo em vista que a alienação parental se dá no âmbito das relações familiares, e que isso afeta diretamente o direito da criança e do adolescente à convivência familiar, trazendo implicações sobre o poder familiar e o dever de guarda assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), esses assuntos também possuem pertinência com a temática proposta.

O exercício do poder familiar é de responsabilidade de ambos os cônjuges ou companheiros, o que pode ser identificado quando a família está formada através do casamento ou da união estável. Na falta ou impedimento de um deles, o outro exercerá de forma exclusiva, como ocorre na família monoparental.<sup>1</sup> O poder familiar conferido aos pais ocorre de forma igualitária, portanto cada cônjuge ou genitor tem sua parcela individual, ao mesmo tempo em que ambos contribuem conjuntamente na vida dos filhos.

Durante a convivência familiar, é habitual existir entre os casais discussões, brigas e vários outros problemas inerentes à vida conjugal. Ocorre muitas vezes que, quando há um rompimento da relação do casal, um dos cônjuges não consegue aceitar o fim do relacionamento, passando a nutrir mágoas e tristezas.

Com a ruptura do vínculo conjugal surgem vários males, dentre os quais destaca-se a alienação parental como comportamento bastante perigoso e prejudicial às crianças e adolescentes, que serão alvos de disputas pela guarda de seus pais, bem como sofrerão abalos psicológicos devido à vingança e sentimentos de ódio entre seus genitores. O Brasil é um dos poucos países do mundo que possui

---

<sup>1</sup> FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014, p.14.

legislação específica para essa problemática da alienação parental: a Lei nº 12.318/2010, cuja concepção será desenvolvida mais adiante.

Ao longo do tempo houve mudanças significativas na família e no Direito da Família, devido às próprias transformações sociais, culturais, políticas e econômicas nas sociedades, potencializadas pelos efeitos da globalização. Novos conceitos de família passaram a ser reconhecidos. Conforme a evolução da sociedade há um dinamismo no entendimento sobre a família, e o Direito, que não é absoluto, tende a acompanhar, criando assim novos entendimentos e normas jurídicas.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, prevê que uma das finalidades da lei maior é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Assim, não deve haver discriminação por nenhum tipo de formação familiar, sendo dever do Estado proteger e garantir os direitos de todos os cidadãos, independentemente de qualquer diferença. Por sua vez, o artigo 226 determina que a família é a base da sociedade e possui especial proteção do Estado, consagrando, ainda, pluralidade das diversas formas de família.

## 2.1 CONCEITOS DE FAMÍLIA E SUAS TRANSFORMAÇÕES

A definição de família deve partir do ponto de vista sociológico e histórico, até porque não é o Direito que define a família: o Direito apenas a regulamenta. Na era primitiva, a família podia ser definida como um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral em comum, ou seja, apenas pelas relações de parentesco consanguíneas.

Ao longo da história houve vários modelos de famílias, na qual sua formação era determinada pela necessidade de subsistência de seus membros. A família possuía seus próprios cultos, seus costumes e tradições.

A família surgiu há muitos anos, como sendo a primeira organização social e composta por indivíduos com ancestrais em comum. Este termo surgiu do latim *famulus*, que significa “escravo doméstico” e foi criado na Roma antiga para servir de base para designação de grupos que eram submetidos à escravidão agrícola. Basicamente a família formou sua organização no patriarcado, originado no sistema de mulheres, filhos e servos sujeitos ao poder limitador e intimidador do pai, que

assumia a direção desta entidade e dos bens e a sua evolução. A família podia ser entendida como o *lócus* onde reinava o *pater*, incluindo além deste, a esposa, os filhos, o patrimônio, o criado e os servos.<sup>2</sup>

A família em Roma e na Grécia antiga era patriarcal. Portanto, todos os demais membros da família se submetiam as vontades do *pater* que era a única pessoa com personalidade. Todos os bens patrimoniais e o dinheiro advindo do trabalho dos servos pertenciam ao *pater*, chefe de família. Quando o *pater* falecia, os seus filhos homens assumiam com a personalidade e passavam a constituir outras famílias.<sup>3</sup>

Com o passar dos anos, esse conceito de família foi perdendo o sentido, passando a evoluir, a se transformar para quebrar esses paradigmas.

Segundo Houaiss (2001), a família é o “grupo de pessoas vivendo sob o mesmo teto (especialmente o pai, a mãe e os filhos), que têm uma ancestralidade comum ou que provêm de um mesmo tronco”.<sup>4</sup>

Já Venosa conceitua família de uma maneira mais limitada ou restrita, como: “(...) somente o núcleo formado por pais e filhos que vivem sob o pátrio poder ou poder familiar”. Ainda expande a conceituação de família: “Desse modo, importa considerar a família em conceito amplo, como parentesco, ou seja, o conjunto de pessoas unidas por vínculo jurídico da natureza familiar”. Nesse sentido, compreende os ascendentes, descendentes e colaterais de uma linhagem, incluindo-se o cônjuge, que não é considerado parente.<sup>5</sup>

Segundo Engels, ainda nos tempos remotos, era evidenciada a ausência de afeto entre os membros da família, que se uniam com a intenção de conservação dos bens, realização de algum trabalho e nos casos mais remotos, a preservação da honra e das vidas. Em sua obra sobre a origem da família, editada no século XIX, descreveu que no estado primitivo das civilizações o grupo familiar não se assentava em relações individuais. As relações sexuais ocorriam entre todos os membros que integravam a tribo. Disso decorria que sempre a mãe era conhecida, mas se desconhecia o pai, o que permite afirmar que a família teve de início caráter

---

<sup>2</sup> NADAUD, Stéphane. L'homoparentalité : une nouvelle chance pour la famille ? Paris : Fayard, 2002.p 22. Apud GAIOTTO, Washington Luiz p.14.

<sup>3</sup> NADER, Paulo. Curso de direito civil, v. 5: direito de família / Paulo Nader. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

<sup>4</sup> HOUAISS, Antonio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0, Rio de Janeiro, RJ Brasil editora objetiva ltda, dez 2001 .1 1 CD ROM.

<sup>5</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 8º Edição. Ed. Atlas. São Paulo, 2010, p. 2.

matriarcal, porque a criança sempre ficava junto à mãe, que a alimentava e a educava.<sup>6</sup>

Neste sentido, somente ao homem era concedido o direito de romper o matrimônio ou até mesmo repudiar sua mulher, caso esta fosse estéril ou cometesse adultério. As crianças não aproveitavam a infância, considerando que tão logo pegassem tamanho físico para trabalhar, realizaram os mesmos trabalhos domésticos que os adultos.

Coulanges leciona que nessa ocasião os filhos sofriam, ainda, o fato da distinção. A filha quando se casava não fazia parte mais da família original, podendo seu pai amá-la, porém os bens eram deixados apenas para os filhos homens, no qual eram-lhe conservados todos os benefícios.<sup>7</sup>

No transcorrer dos séculos, porém, essa composição foi abalada e passou por modificações profundas. Um fator importante pra essa evolução foi a influência do Direito Canônico nas bases familiares, ou seja, o ordenamento jurídico da igreja católica que passou a interferir, impondo seus regramentos dentro da instituição familiar, inclusive as cerimônias religiosas como elemento de formação das famílias.

Com o passar do tempo, a família deixou de ser pagã e foi tomando nova configuração. A estrutura familiar deixou de ser ampla, ou seja, a família envolvia o marido que exercia seu pátrio poder sobre a mulher, filhos, escravos e também seus bens de família, onde a mulher era considerada meramente propriedade do homem. No Código Civil de 1916, a mulher era tratada como relativamente incapaz e era submissa ao marido, devendo total obediência a ele, podendo trabalhar apenas se o marido permitisse. Já a partir de 1962, com o Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/62), a mesma foi considerada capaz, passando a ser coparticipante junto ao marido, mas ainda continuava a ser subordinada pelo homem.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a família passou a ser considerada como um grupo menor que tinha uma flexibilidade quanto aos papéis que desenvolviam individualmente, ou seja, estabeleceu-se a igualdade entre os cônjuges e conviventes, no sentido de que ambos são responsáveis pela cogestão do relacionamento e dos bens em comum.

---

<sup>6</sup> ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**: Texto integral. Traduzido por Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, [S.d]. p. 31-7. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2).

<sup>7</sup> COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2005.p.45.



Portanto, após esse período, um novo conceito de família formou-se, não unicamente embasada no sacramento imposto pela Igreja, mas pelo elo do afeto, nascendo a família moderna. Este modelo iniciou-se a partir do século XIX e foi antecedido pelas Revoluções Francesa e Industrial, quando o mundo vivia um intenso processo de crise e renovação.

Neste sentido, para Gonçalves, famílias são “todas as pessoas ligadas por vínculo de sangue e que procedem, portanto, de um tronco ancestral comum, bem como unidas pela afinidade e pela adoção”.<sup>8</sup>

Na realidade a família é uma sociedade formada por indivíduos unidos por laços consanguíneos, de afinidade ou afetividade. Os laços de sangue, por advirem da descendência; a afinidade, adquirida com o instituto do casamento com a presença do cônjuge e seus parentes que integrarão essa nova família; e a afetividade, que representa os sentimentos vivenciados nas formas de carinho e amor.

Assim, nota-se que o conceito de família é bem amplo e pode ser formado de outras maneiras que não sejam exclusivamente os laços sanguíneos, podendo ser constituída pelo vínculo do amor, do cuidado, do zelo e do convívio entre pessoas com o propósito de união.

Sob outro enfoque, Dias definiu família com sendo fruto das transformações sociais, decorrente do afeto. A autora acredita em uma mudança no conceito de família para ser compreendido sob os aspectos do afeto, solidariedade, respeito, confiança e amor.<sup>9</sup>

Após apresentar alguns conceitos de família, conclui-se que não há uma definição única. Esta definição é bastante subjetiva e vai depender de novas configurações da evolução da sociedade. Não é possível, nos dias atuais, obter uma definição única de família, sob pena de retroagir e, se assim fizermos, estaremos regredindo a um modelo arcaico, em que a constituição de família se concretizava apenas pela união do homem com a mulher pelo instituto do casamento, quando o homem, figura do pai, era detentor do comando da família, e por parte da mulher cabiam os cuidados da casa e educação da prole.

---

<sup>8</sup> MOTA, Tércio de Souza; ROCHA, Rafael Ferreira; MOTA, Gabriela Brasileiro Campos. **Família – Considerações gerais e historicidade no âmbito jurídico**. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8845](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8845) Acesso em: 10/03/2018.

<sup>9</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9ª Edição. Edição da Revista dos Tribunais. São Paulo, 2013.p.33.

A partir de então, passou-se a estimar a convivência entre seus entes familiares e idealizar um lugar onde é possível integrar sentimentos, esperanças e valores, permitindo, a cada um, sentir-se a caminho da concretização de seu projeto pessoal de felicidade. Essa é a definição da família na atualidade.

A família contemporânea caracteriza-se pela diversidade, explicada pela incessante procura pelo afeto e felicidade. Dessa forma, a filiação também tem suas bases no afeto e no convívio, abrindo-se espaço para a possibilidade da filiação não ser somente aquela que deriva dos vínculos consanguíneos, mas também do amor e da convivência, como é o caso da família homoafetiva, que é a união entre duas pessoas do mesmo sexo que mantém entre si laços de afeto e amor. No Brasil, ainda não existe uma legislação que regule a família homoafetiva, porém este tema é muito debatido pelo Judiciário e pelos doutrinadores. Apesar de que muitas pessoas mais conservadoras não aceitam a união homoafetiva, o Superior Tribunal Federal já a reconheceu nos julgados da ADI 4.277 e ADPF 132 de relatoria do Ministro Ayres Brito.

Esta família é uma realidade, porém uma grande parte da sociedade ainda não conseguiu aceitar essa nova forma de união, isto porque ainda possuímos resquícios da longa evolução histórica da família com o Patriarcalismo e o Direito Canônico, como já exposto anteriormente. Entende-se ainda que a não aceitação da família homoafetiva fere alguns princípios constitucionais como o princípio da liberdade e o da igualdade, bem como qualquer que seja a religião não deverá interferir no Direito Familiar das pessoas, pois o Brasil é um país laico.

A Constituição Federal atribuiu juridicidade apenas às uniões estáveis entre homens e mulheres em seu artigo 226, §3º, porém o próprio Supremo Tribunal Federal, intérprete máximo da Constituição, já estabeleceu que a menção entre “homem e mulher”, no referido artigo da Constituição Federal, não exclui da abrangência do instituto da união estável as uniões entre pessoas do mesmo sexo.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

Nos dias atuais, as relações homoafetivas não podem ser excluídas do âmbito familiar, pois isso representa a violação a direitos fundamentais, e o Direito não pode ignorar a realidade a qual vivemos.

Outra modalidade de família reconhecida pela Constituição Federal de 1988 é a monoparental, que é aquela família formada por apenas um dos pais e seus descendentes, ou seja, apenas um genitor será responsável pela criação dos filhos.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

De acordo com Souza, a família monoparental se impôs no Brasil como fenômeno social das últimas décadas do século XX. A partir da década de 70, verificou-se um maior número de divórcios, que é uma das causas da monoparentalidade, tendo como um contingente expressivo as famílias chefiadas pelas mulheres.<sup>10</sup>

Porém, a família monoparental não surge apenas através de divórcios, mas também em decorrência da viuvez, por adoção de filhos por pessoas solteiras, ou até mesmo através de inseminação artificial, ou seja, é uma modalidade de família bastante comum e conhecida pelos brasileiros.

Dias entende que as famílias monoparentais enfrentam grandes dificuldades estruturais, uma vez que precisam dar uma maior atenção aos filhos, necessitando, assim, de uma rede de apoio e que principalmente “o Estado a essas especialidades e dê auxílio especial a esses grupos especiais”.<sup>11</sup>

Neste sentido, podemos elencar várias outras dificuldades na qual algumas famílias monoparentais enfrentavam, da qual destacamos o abandono afetivo dos pais e a alienação parental, que são muito frequentes após a separação dos pais pelo divórcio.

Witzel explica que são muito comuns casos em que a situação econômico-financeira da família monoparental é delicada, pelo fato de em muitos casos a família contar com apenas a renda do genitor que detém a guarda do descendente,

---

<sup>10</sup> SOUZA, Alinne Bianca Lima;BELEZA, Mirna Carla Moreira; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Op. Cit. P. 7.

<sup>11</sup> DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias**. 4º Edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2007.p., *Apud*. SOUZA, Alinne Bianca Lima;BELEZA, Mirna Carla Moreira; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. Op. Cit. P.8.

visto que o outro genitor não quer contribuir da sua obrigação legal de pagar pensão alimentícia.<sup>12</sup>

Portanto, diante de vários problemas já elencados, faz-se necessária a intervenção do Estado bem como a presença do Ministério Público, para contribuir e ajudar de alguma forma a manutenção da família monoparental com vistas a garantir seus direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana.

Devido às grandes modificações no pensamento da sociedade, o conceito de família em nosso ordenamento jurídico passa por uma ascendente evolução, e, portanto, o entendimento que se tem hoje, amanhã poderá ser reformulado, mudando ou ampliando a opinião sobre este assunto.

Exemplo disso são as famílias poliafetivas. Entende-se por família poliafetiva a entidade familiar composta por três ou mais pessoas independentemente do sexo ao qual pertençam que convivem na mesma residência e que pratiquem relações sexuais ou apenas são unidas por laços afetivos entre eles. Em outras palavras, família poliafetiva é a configuração familiar composta por mais de duas pessoas que se relacionam, como o consentimento de todos seus membros.

Este tema atual causa bastante impacto e vem sendo amplamente discutido em nossa sociedade, nas doutrinas e na jurisprudência. A Constituição Federal de 1988 reconheceu a união estável como uma relação familiar, mais ainda se nota, em nossa sociedade, que há uma grande resistência à recepção de algumas famílias que não estejam enquadradas na percepção antiga de ser conservadora e patriarcal.

Alguns doutrinadores têm pensamentos opostos sobre esse tema, como Silva, para quem a expressão poliafeto é um estelionato jurídico, uma vez que as pessoas que concordam com essa ideia, estão validando relacionamentos com formação poligâmica, visto que a Constituição Federal de 1988, Lei maior do ordenamento jurídico nacional, entende que a união estável é atribuída apenas a relações monogâmicas.<sup>13</sup>

Já para Dias, que reconhece as uniões poliafetivas, entende que “o princípio da monogamia apesar de não estar na Constituição Federal, ele tem um viés cultural. O Código Civil proíbe apenas o casamento entre pessoas já casadas, o que

---

<sup>12</sup> WITZEL, Ana Cláudia Paes.Op.Cit.p.3.

<sup>13</sup> SILVA, Regina Beatriz Tavares da. **‘União poliafetiva’ é um estelionato jurídico**.Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI165014,81042-Uniao+poliafetiva+e+um+estelionato+juridico>>Acesso em 18/03/2018.

não é esse caso. Essas pessoas trabalham, contribuem, e por isso devem ter seus direitos garantidos. A justiça não pode cancelar a injustiça”.<sup>14</sup>

Apesar de algumas divergências doutrinárias, o fato é que não se podem fechar os olhos para essa realidade atual na qual o afeto está sendo um elemento essencial na constituição das famílias.

Sabendo que o Brasil é um país laico e que a Constituição Federal garante a todos os cidadãos a liberdade e a isonomia, entende-se que o Estado não deve intervir na formação familiar, cabendo o indivíduo decidir a forma mais conveniente de formar sua família por meio da afetividade. Também neste sentido de novos direitos e garantias em favor de novas estruturas familiares, inclua-se o princípio da dignidade da pessoa humana prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Portanto, a legislação deve sempre estar em consonância com as novas mudanças da sociedade, devendo garantir a todas as famílias configuradas pelo afeto, todos os direitos já dados às demais famílias conservadoras e patriarcais. O preconceito não pode sobressair à dignidade da pessoa humana, à igualdade e à liberdade.<sup>15</sup>

## 2.2 O ROMPIMENTO DA FAMÍLIA CONJUGAL E O DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Até pouco tempo na vigência do Código Civil de 1916, o poder familiar era exercido apenas pelo pai, sendo conhecido como pátrio poder. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi recepcionado o princípio da igualdade entre homens e mulheres que passaram a exercer a mesma importância dentro do âmbito familiar, conferindo-lhes as mesmas responsabilidades, iguais direitos e deveres na criação dos seus descendentes.

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

---

<sup>14</sup> DIAS, Maria Berenice. “**Escritura reconhece união afetiva a três**”. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/4862/novosite> > Acesso em 18/03/2018.

<sup>15</sup> LOUZADA, Ana Maria Gonçalves.Op.Cite.p.4.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.<sup>16</sup>

Com a prerrogativa de ser constitucional, o Código Civil de 2002 mudou a nomenclatura do código anterior de pátrio poder para “poder familiar”, de acordo com seu artigo 1.631, que assegura a competência do poder familiar a ambos os pais e, na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

De acordo com Gonçalves, poder familiar é o conjunto de direitos e deveres atribuídos aos pais, no tocante à pessoa e aos bens dos filhos menores.<sup>17</sup> São características do poder familiar a irrenunciabilidade, pois é incompatível com a transação, a imprescritibilidade, pois o genitor não decai pelo fato de não exercitá-lo, e a indelegabilidade, pois os pais não podem renunciá-lo nem transferi-lo a outrem.

As transformações no seio familiar proporcionaram à mulher uma posição importante, atribuindo novos contornos sociais. No momento que esta deixa de ser apenas a esposa, responsável pelas obrigações do lar e dos filhos e ingressa no mercado de trabalho, passando a contribuir de forma mais visível pela sociedade para a economia doméstica, todo o enredo familiar se transforma.

Assim, a mulher e o homem passaram a ser vistos de modo igual, admitindo-se novos papéis na família. Concomitante a isso, segundo Dias, “foi afastada a concepção antiga de que a mulher era mera colaboradora do marido na administração, na chefia da sociedade conjugal e no exercício do poder familiar”.<sup>18</sup>

Como o poder familiar trata da relação entre pais e filhos, ele não se extingue com a separação ou divórcio dos pais. Com o rompimento da família conjugal, o poder familiar que, até aquele momento era exercido de forma igualitária por ambos os cônjuges, pode ser passível de discussão, na medida em que agora separados, surge a necessidade de responsabilizar cada um quanto aos seus filhos.

O problema maior ocorre quando há uma dissolução entre o casal de forma mal resolvida, com a não aceitação do outro, nascendo ódio e sentimento de vingança entre eles. Frequentemente, nesses casos, o ex-cônjuge inicia um processo de deterioração da imagem do outro junto aos filhos do casal, fazendo surgir, assim, o que se chama de “alienação parental”.

---

<sup>16</sup> BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<sup>17</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito Civil Brasileiro**, volume 6: direito de família – 8ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

<sup>18</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das Famílias**. 7 ed, Revista, Atualizada e Ampliada, Editora : Revista dos Tribunais, 2010, página 36.

Mesmo com o colapso conjugal seria interessante que existisse um bom diálogo dos pais para continuar a ser exercido o projeto de desenvolvimento dos filhos, pois é neste momento que eles mais precisam do apoio e amparo do pai e da mãe, ainda que não convivam mais na mesma residência, com o escopo de garantir uma vida digna e saudável.

Um dos institutos do poder familiar é a guarda, entendida como um dever dos pais em relação aos filhos, cujo objetivo é fornecer assistência e cuidado para um melhor desenvolvimento psíquico e físico do indivíduo.

A partir de 1977, com a Lei do Divórcio, a guarda era delegada para o cônjuge que não deu causa à separação e, em caso de culpa recíproca, a guarda era da mãe.

A partir de 1988, com a Constituição Federal e posteriormente com o Estatuto da Criança e Adolescente, para estipular a quem cabe a guarda, deve-se analisar o melhor interesse e bem-estar da criança e do adolescente bem como a capacidade dos pais em poder atender esses interesses da melhor forma possível.

Até o ano de 2008, o Código Civil estabelecia como regra a guarda unilateral, ou seja, apenas um dos cônjuges seria responsável pela guarda da criança. Neste tipo de guarda o filho reside com apenas um dos pais, cabendo ao outro genitor o direito de visitas regulamentadas pelo magistrado, além de ter a obrigação de pagar pensão alimentícia.

Com a Lei 11.698/2008, a guarda compartilhada foi inserida em nosso ordenamento tornando uma nova opção a ser adotada na medida em que deveria ser assegurado o melhor interesse da criança e do adolescente, atendendo a igualdade entre os cônjuges na responsabilização por seus filhos. Na guarda compartilhada por ambos os pais, os genitores são igualmente responsáveis pela criação e decisões a respeito de seus filhos.

Grisard Filho define guarda compartilhada como:

Um plano de guarda onde ambos os genitores dividem a responsabilidade legal pela tomada de decisões importantes relativas aos filhos menores, conjunta e igualmente. Significa que ambos os pais possuem exatamente os mesmos direitos e as mesmas obrigações em relação aos filhos menores. Por outro lado é um tipo de guarda no qual os filhos do divórcio recebem dos tribunais o direito de terem ambos os pais, dividindo, de forma mais equitativa possível, as responsabilidades de criar e cuidar dos

filhos. Guarda jurídica compartilhada define os dois genitores, do ponto de vista legal, como iguais detentores da autoridade parental para tomar todas as decisões que afetem os filhos.<sup>19</sup>

A partir da Lei nº 13.058/2014 (Nova Lei da Guarda Compartilhada), a guarda compartilhada torna-se a regra a ser adotada pelo juiz, passando a guarda unilateral a ser exceção, apenas adotada em casos excepcionais. O objetivo principal dessa lei é atender o melhor interesse da criança, permitindo uma maior participação de ambos os pais em sua formação. Desta forma, após o divórcio, tenta-se evitar os “pais de finais de semana”, bem como estimular uma convivência mais próxima e sadia com os genitores.

Porém, a guarda unilateral ainda é a mais comum no Brasil devido a não existir um bom relacionamento e diálogo entre os divorciados, o que pode causar como consequência a alienação parental e diversos malefícios para os filhos.

No compartilhamento da guarda os pais têm um maior acesso e convívio com os filhos que é uma característica do direito fundamental da convivência familiar.

### 2.3 ATUALIZAÇÕES LEGISLATIVAS PERTINENTES À TEMÁTICA

Feitas as considerações sobre os conceitos e transformações da família, bem como questões pertinentes sobre o poder familiar, proteção integral da criança e do adolescente e guarda, é importante analisar alguns aspectos relativos às Leis que regulamentaram e regulamentam a instituição familiar. Foram incluídos os costumes e valores que contribuíram na elaboração de algumas legislações no Direito das Famílias.

Ainda hoje encontramos resquícios do Direito Canônico de Família no ordenamento jurídico brasileiro.

No entendimento de Gomes, a base dos modelos familiares tem início com uma sociedade conservadora, em que a família tinha como prerrogativa a matrimonialização, pois era voltada exclusivamente ao casamento, não admitindo outra forma de constituição familiar. Seguia os moldes patriarcais, era hierarquizada,

---

<sup>19</sup> GRISARD FILHO, Waldyr. Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental; 2ª edição revista e atualizada; São Paulo: Revista dos Tribunais; 2002; pg. 79.



com o homem gerindo a unidade de produção, e patrimonializada, pois seus membros correspondiam à força laboral, visando sempre o progresso da entidade familiar.<sup>20</sup>

Porém, conforme os anos se passaram, houve uma evolução da sociedade com novos valores que estão fazendo parte do ambiente familiar, fazendo com que a população se depare com novos conceitos e anseios.

As mulheres aos poucos passam a entrar no mercado de trabalho, situação que não víamos antigamente, isso faz com que a família se modifique, pois antes só o homem era o provedor da manutenção da sua família e a mulher a responsável por cuidar do lar e dos filhos. Portanto, com essa nova inclusão das mulheres as relações familiares passam a ser construídas pela afetividade e não pelo poder financeiro provido exclusivamente pelo homem.

A primeira legislação que tutelou o Direito de Família foi o Código Civil de 1916, que instituiu o casamento como a única forma de constituir famílias, ou seja, era uma família única e matrimonializada que se formava apenas através do casamento. Era indissolúvel, não se extinguia, exceto pela morte de um dos cônjuges. Não havia divórcio, muito menos dissolução com a anulação do casamento.

A família era patriarcal, concentrada na figura do pai, que tinha autoridade perante todos os membros da família e estes deviam obediências a aqueles. De acordo com o artigo 6º do Código Civil de 1916, a mulher era considerada relativamente incapaz, tendo sua função no casamento apenas zelar pela casa, ser companheira do marido e cuidar dos filhos. A mulher não podia trabalhar fora de casa, não podia estudar, não podia votar e nem muito menos concorrer às eleições.

Os Códigos elaborados a partir do século XIX dedicaram normas sobre a família. Naquela época, a sociedade era eminentemente rural e patriarcal, guardando traços profundos da família da Antiguidade. A mulher dedicava-se aos afazeres domésticos e a lei não lhe conferia os mesmos direitos do homem. O marido era considerado o chefe, o administrador e o representante da sociedade conjugal. Nosso Código Civil de 1916 foi fruto direto dessa época.<sup>21</sup> Mais uma vez

---

<sup>20</sup> GOMES, Roseane dos Santos. **Evolução do Direito de Família e a mudança de paradigma das entidades familiares.** 2007. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1006>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

<sup>21</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família.** 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014, pág.16.

é importante lembrar que a maioria das legislações brasileiras ignorou o princípio da afetividade nas relações familiares.

Outra característica observada era que somente os filhos legítimos (filhos concebidos dentro do casamento) eram detentores de direitos familiares como o direito à herança por exemplo. Aqueles casais que se relacionavam fora do casamento (conhecido como concubinato), e os prováveis filhos concebidos dessas relações extraconjugais, sofriam várias discriminações e eram excluídos de direitos.

De acordo com Dias, o fato de não reconhecer os filhos fora do casamento possuía uma finalidade de punição: impedir a procriação fora do matrimônio.<sup>22</sup> Vale ressaltar que nesta época o adultério era considerado crime pela lei.

O primeiro advento histórico contra a discriminação da mulher no Brasil foi a edição da Lei 4.121 de 1962, conhecida como Estatuto da Mulher Casada, passando a conferir à mulher a capacidade plena e anulando várias normas consideradas discriminadoras. A partir deste momento, a mulher foi aos poucos e com muitas dificuldades conquistando seu espaço no mercado de trabalho, ampliando sua importância dentro do ambiente familiar, porém o poder do marido ainda prevalecia na decisão final. Nesse sentido, Venosa relata que:

A Lei 4.121, de 27-8-62, Estatuto da Mulher Casada, que eliminou a incapacidade relativa da mulher casada, inaugura entre nós a era da igualdade entre os cônjuges, sem que, naquele momento, a organização familiar deixasse de ser preponderantemente patriarcal, pois muitas prerrogativas ainda foram mantidas com o varão.<sup>23</sup>

O Estatuto da Mulher Casada, sem sombra de dúvidas, marcou o início de muitas transformações no ordenamento jurídico a respeito dos deveres e direitos da mulher no âmbito familiar e contribuiu muito para o pretendido direito de igualdade perante o homem que foi positivado na Constituição Federal de 1988.

A próxima legislação significativa para as mulheres e conseqüentemente para o Direito de Família foi a conhecida Lei do Divórcio, criada em 1977, que permitia a dissolução do casamento. A partir de então o desquite deixava de existir, sendo

---

<sup>22</sup> DIAS, Maria Berenice. **Família, Ética e Afeto**. Consulex. Brasília. 2004.p.34-35. *Apud* CUNHA, Matheus Antonio da.Op.Cite.P.6.

<sup>23</sup> VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014, pág.17.

substituído pela separação judicial, que consistia em apenas uma separação de corpos e era uma primeira etapa para o divórcio. Após certo lapso de tempo (por volta de cinco anos), um dos cônjuges pedia para transformar a separação judicial em divórcio. Neste momento extinguiu-se o casamento e as pessoas estavam livres para contrair novo matrimônio, lembrando que o divórcio era permitido apenas uma vez.

Uma das consequências geradas pela Lei do Divórcio foi o crescente número de rompimentos matrimoniais através do divórcio. À medida que acontecia este fenômeno, houve também a separação de um dos genitores (geralmente o pai) com sua prole, ocorrendo uma maior ligação afetiva com um dos pais em detrimento do outro. Como consequência de uma separação conturbada dos pais, ocorre muitas vezes uma prática de difamação em relação ao ex-cônjuge, programando a criança para que odeie um dos genitores sem qualquer justificativa. Este caso é chamado de alienação parental.

Segundo o pensamento de Zimerman, a condição ideal de um divórcio é que os pais, apesar de separados, continuem ligados aos filhos e que impeçam que suas desavenças influenciem na relação e criação dos mesmos. Porém, nem sempre se consegue atingir essa meta. Nas separações em que há litígios, os maiores prejudicados acabam sendo os filhos pequenos ou adolescentes. Por incrível que pareça, eles são, muitas vezes, usados pelos cônjuges para chantagear o outro, como uma arma poderosa na briga incessante e irracional que segue.<sup>24</sup>

Na maioria dos casos de divórcio é mais comum que a mulher consiga a guarda dos filhos, devido ainda a ideia de que a mãe é a pessoa mais adequada para os cuidados das crianças, e o pai está mais atarefado no seu dia a dia do trabalho externo para garantir o sustento da família. Isso vem mudando devido à entrada da mulher no mercado de trabalho dividindo seu tempo entre atividades laborais e domésticas. E o pai por sua vez, tem sido mais participativo na criação dos filhos pela questão do afeto.

Este pensamento ficou evidente em 1979 quando foi lançado o filme KRAMER VS. KRAMER<sup>25</sup>, em que a senhora JOANNA KRAMER insatisfeita em seu

---

<sup>24</sup> ZIMERMAN, David. COLTRO, Antônio Carlos Mathias. Aspectos psicológicos na prática jurídica. 2ª Ed.-Campinas, SP: Millennium Editora, 2007.p.81.

<sup>25</sup> KRAMER VS. KRAMER . Direção: Robert Benton.Roteiro: Robert Benton. Elenco: Bill Moor, Carol Nadell, Dan Tyra, David Golden, Donald Gantry, Dustin Hoffman, Ellen Parker, Evelyn Hope Bunn, Frederick W. Hand, George Coe, Howard Duff, Howland Chamberlain, Ingeborg Sørensen, Iris

casamento e na sua vida profissional, decide romper a relação conjugal, abandonando seu lar e deixando seu marido e filho para trás. O pai TED KRAMER, que inicialmente só se dedicava ao trabalho e por vezes não se doava a convivência com sua família, ficará responsável pelas atividades domésticas e reconquistar o amor do seu filho, algo difícil no momento em que a criança sente saudades da mãe. O pai se torna muito amoroso colocando o seu filho como prioridade na sua vida. Tempos depois a mãe retorna arrependida e o casal inicia uma disputa pela guarda do filho. O filme se passa no ano de 1979, ou seja, após a Lei do Divórcio, no Brasil, que é de 1977, mostrando a mudança da família que antes era patriarcal para um novo conceito em que a mulher também trabalha fora de casa ajudando no sustento da família ao mesmo tempo em que o homem demonstra um maior carinho e afeto pelos seus filhos.

Seguindo na cronologia das legislações e com todas essas transformações, a família brasileira se moldou em novos conceitos e modificações sociais e jurídicas. A afetividade nas relações familiares passa a ter uma nova valorização, aumentando a importância de uma maior conscientização para a sociedade.

A Constituição Federal de 1988 traz muitas inovações em seu texto normativo, consagrando um marco no progresso no Direito de Família. A começar com seu artigo 1º, que estabelece o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, tornando alguns artigos do Código Civil de 1916 sem nenhum sentido. A garantia da dignidade da pessoa humana no ambiente familiar é extremamente importante e necessária para uma boa formação da estrutura familiar e personalidade da criança.

O artigo 227 da Constituição Federal dispõe que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de

toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.<sup>26</sup>

Portanto, o que se busca é sempre o melhor interesse da criança e do adolescente para lhes assegurar um desenvolvimento sadio e uma personalidade de caráter.

Complementando o entendimento deste artigo da Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece em seu artigo 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Agora o poder pátrio passou a ser de ambos os cônjuges de forma igualitária e também foram reconhecidas as entidades familiares consolidadas pela união estável e a monoparental, tornando possível aos divorciados a liberdade de casar novamente, assegurando sua felicidade.

Conforme o artigo 226 da Constituição Federal, a família é a base da sociedade e merece proteção do Estado:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.<sup>27</sup>

Assim, observamos a importância que a Constituição deu a família, considerada como fundamento de toda a sociedade brasileira. Reconhecemos o grande avanço que se obteve a partir da nova Constituição em favor do Direito de

---

<sup>26</sup> BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<sup>27</sup> BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Família que a cada dia propõe novos debates devido à evolução da sociedade e de sua estrutura familiar.

O Código Civil de 2002 também trouxe inovações ao Direito de Família tendo como base a Constituição Federal de 1988 como também acompanhou a evolução da sociedade, adaptando-se aos novos entendimentos da conjuntura familiar, abolindo o pátrio poder e assegurando a isonomia entre os cônjuges.

Os pais são responsáveis pelo desenvolvimento e formação do caráter dos filhos independentemente da sua situação conjugal, sempre em defesa dos direitos da criança e do adolescente. O Código Civil de 2002 dispõe que:

Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)

- I - dirigir-lhes a criação e a educação; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- II - exercer a guarda unilateral ou compartilhada nos termos do art. 1.584; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- III - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- IV - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- V - conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para mudarem sua residência permanente para outro Município; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- VI - nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento; (Redação dada pela Lei nº 13.058, de 2014)
- VIII - reclamá-los de quem ilegalmente os detenha; (Incluído pela Lei nº 13.058, de 2014)
- IX - exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição. (Incluído pela Lei nº 13.058, de 2014).<sup>28</sup>

O exercício do poder familiar compete a ambos os pais, devendo cada cônjuge exercer sua responsabilidade da melhor maneira possível propiciando sempre o melhor interesse para os filhos.

---

<sup>28</sup> BRASIL. **Código Civil, Lei 10.406 de 10 de Janeiro de 2002**. 1ª Edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

### **3 ALIENAÇÃO PARENTAL**

Historicamente, durante muito tempo a família foi associada a um modelo em que pai, mãe e filhos tinham suas funções bem definidas dentro do âmbito familiar. Enquanto a mãe era responsável exclusivamente a cuidar, criar e educar os filhos juntamente com os afazeres domésticos, ao homem cabia o dever de sair de casa para trabalhar com o escopo de prover o lar para garantir o sustento da família.

No entanto, essa realidade sofreu mudanças significativas de comportamento, provocando uma transformação nos papéis desempenhados pelos genitores. Agora, não apenas o pai sai para trabalhar, como também a mãe, através das conquistas femininas que tiveram como uma das consequências a inclusão no mercado de trabalho; ambos, portanto, são conjuntamente responsáveis pelas contribuições financeiras da casa.

Desta forma, nota-se um maior equilíbrio dos papéis desempenhados pelos homens e mulheres na família do século XXI, e como consequência as mulheres passaram a pleitear seus direitos e deveres que antes não eram reconhecidos. Neste contexto algumas uniões iniciam um momento de conflitos por divergências de opiniões e tratamentos, surgindo as separações e divórcios, em que cada cônjuge procura uma convivência igualitária com seus filhos.

Com a ruptura do vínculo conjugal, iniciam-se as disputas pela guarda dos filhos, nascendo daí uma série de conflitos, campo propício ao surgimento da alienação parental, uma manipulação nociva que um dos genitores exerce sobre os filhos com o objetivo de prejudicar e desqualificar o outro genitor.

A alienação parental pode se apresentar por diversos atos praticados pelo alienador, entre eles a privação do genitor alienado e ao mesmo tempo do menor, do direito de convivência. Quando isto ocorre, vários direitos fundamentais são violados, como os direitos da personalidade que são irrenunciáveis, o direito da dignidade da pessoa humana e integridade física e psíquica da criança e do adolescente, como também do direito à imagem e a honra.

Dessa maneira, todos os entes familiares acabam de alguma forma sofrendo com esta violência, acarretando diversos prejuízos, principalmente para a criança que se encontra confusa mentalmente e tendo que romper os laços afetivos com um de seus genitores.

Os casos de alienação parental deverão ser reconhecidos pelo Poder Judiciário para prevenir maiores danos e aplicar as medidas punitivas cabíveis aos pais alienantes. A magistratura e os demais órgãos responsáveis por assegurar os direitos da criança e do adolescente devem interferir urgentemente na relação da família que sofre a alienação parental com o intuito de proteção da criança e do adolescente e para evitar prejuízos psicológicos por toda uma vida.

São indispensáveis a atuação conjunta entre magistrados, promotores, defensores públicos, conselho tutelar, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, entre outros, com o escopo de preservar os direitos fundamentais do menor.

### 3.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

A alienação parental é um processo composto por diversos atos praticados por um dos pais com o escopo de promover a desmoralização do ex-cônjuge, denegrindo sua imagem para a criança ou adolescente e, em muitos casos, afastando-o do direito de convívio desta.

Segundo Dias, a criança é induzida a afastar-se de quem ama e que também a ama. Isso gera contradição de sentimentos e destruição do vínculo entre ambos. Restando órfão do genitor alienado, acaba identificando-se com o genitor alienador, passando a aceitar como verdadeiro tudo o que lhe é informado.<sup>29</sup>

A alienação parental ocorre pelo processo de desqualificação em que um dos genitores programa os filhos para que odeie o outro que não detém a guarda, implicando um afastamento da criança com o genitor alienado.

A Lei nº 12.318/2010, através do seu artigo 2º, tipifica o conceito de alienação parental aplicado no Brasil:

Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância

---

<sup>29</sup> DIAS, Maria Berenice. Síndrome da Alienação Parental. O que é isso? In: Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. 1. ed. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2008, pág. 12.



para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.<sup>30</sup>

Essa situação é extremamente recorrente no cotidiano dos casais que se divorciam, pois, com o término da relação conjugal, o ex-cônjuge utiliza-se do menor como meio de vingança e provoca o afastamento do filho com o genitor alienado.

O próprio dispositivo legal também se preocupou em esclarecer quais são as pessoas que podem ser consideradas como alienadores. Embora seja mais comum a conduta ilícita ser realizada por um dos genitores e a criança, o artigo estende a todos os que tenham convivência com a criança ou o adolescente como os pais, avós, tios e aqueles que a tenham sob sua responsabilidade.

A alienação parental é causada por inúmeros fatores característicos que na grande maioria das vezes são insatisfações de um dos cônjuges com o término do casamento, principalmente se a causa determinante foi a infidelidade do alienado e que este ainda continua a se relacionar com a pessoa que na época era o(a) amante. Outro fato muito ocorrente na alienação parental é devido a insatisfações financeiras como problemas relacionados a heranças, partilha de bens, pensão alimentícia, entre outros.

Comumente a alienação parental é mais praticada pela mãe quando esta é a guardiã dos seus filhos no modelo de guarda unilateral, porém o pai também poderá ser o alienador, e uma das causas mais frequentes é por motivos financeiros de querer diminuir ou extinguir o pagamento da pensão alimentícia. A mãe também poderá praticar este ato ilícito por insegurança e receio de um dia poder perder a guarda dos filhos que tanto ama.

Outra possibilidade de ocorrência de alienação parental é quando o genitor que normalmente não detém a guarda da criança, ao realizar o direito de visitas, costuma ser mais liberal que o ex-cônjuge, fazendo todos os gostos da criança, comprando brinquedos, guloseimas, enfim, não impondo limites às crianças e com isso o filho pode interpretar que um pai é mais “legal” em detrimento do outro que é o maior responsável por sua educação, sendo a vir ser considerado como “autoritário” e “chato”.

---

<sup>30</sup> BRASIL. Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm)

Ainda existe a possibilidade da prática da alienação parental acontecer de forma bilateral, ou seja, praticada por ambos os genitores ou por aqueles que de alguma maneira detém a guarda da criança. Nestas situações a criança é atingida emocionalmente por ambos os lados, gerando consequências ainda mais nocivas podendo gerar danos psicológicos irremediáveis.

Já o parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 12.318/2010 expõe algumas condutas de forma exemplificativas que caracterizam a prática da alienação parental:

Art.2º. [...] Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

- I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
- II - dificultar o exercício da autoridade parental;
- III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
- IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
- V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;
- VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
- VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.<sup>31</sup>

O alienador realiza um processo de programação de desqualificação e destruição mental na criança, vindo assim a provocar a implantação de falsas memórias, no qual o alienador narra fatos que divergem da realidade, mas o menor acaba acreditando e sendo manipulado de tal maneira a sentir culpa por estar traindo o genitor guardião.

O documentário brasileiro intitulado “A morte inventada”, de roteiro e direção do cineasta Alan Minas, traz o drama de pais e filhos que tiveram seus elos

---

<sup>31</sup> BRASIL. Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm)> Acesso em 22 de maio de 2018.

rompidos por uma separação conjugal mal resolvida e que foram vítimas da alienação parental. Descreve, ainda, que ocorre um processo de implantação de “falsas memórias” no menor através de campanhas que desmoralizam o genitor alienado. Em outras palavras, falsas memórias seriam a “programação” do filho pelo ex-cônjuge para afastá-lo do outro genitor. Os pais testemunham seus sentimentos diante da distância por anos de afastamento de seus filhos, que por sua vez revelam de forma contundente como a alienação parental interferiu em suas formações e em seus relacionamentos sociais.

A implantação das falsas memórias, dizem Teixeira e Bentzeen, é feita rotineiramente, tratando-se de um processo sistemático, em que o genitor alienante conta à criança fatos, sugere acontecimentos, induzindo a vítima a acreditar que algo realmente aconteceu.<sup>32</sup>

É importante destacar o inciso VI do artigo supracitado, pois havendo esta conduta, implicações jurídicas irão ocorrer. As conhecidas “falsas denúncias” realizadas pelo alienador poderão refletir também na justiça criminal (âmbito penal), dentre ela cita-se o abuso sexual e os maus tratos, acarretando consequências não apenas para o menor e o genitor alienado, mas também para toda a família.

Neste diapasão, preleciona Dias:

Nesse jogo de manipulações, todas as armas são utilizadas, inclusive a assertiva de ter havido abuso sexual. O filho é convencido da existência de determinados fatos e levado a repetir o que lhe é afirmado como tendo realmente acontecido. Nem sempre consegue discernir que está sendo manipulado e acaba acreditando naquilo que lhe é dito de forma insistente e repetida. Com o tempo, nem o alienador distingue mais a diferença entre verdade e mentira. Sua verdade passar a ser verdade para o filho, que vive com falsas personagens de uma falsa existência, implantando-se, assim, as falsas memórias.<sup>33</sup>

Após a denúncia, o menor passará por diversos exames psicológicos e acarretará um sofrimento intenso acompanhado de uma confusão mental, pelo fato de que a acusação é falsa. Posteriormente nesses caos de falsa denúncia por abuso

---

<sup>32</sup> TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; BENTZEEN, Ana Luiza Capanema Bahia Von. Síndrome da Alienação Parental. In: ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias –(org.) Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica. 3ª Edição. Campinas, SP: Editora Millennium, p. 415.

<sup>33</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, Pág. 456.

sexual, as crianças que sofreram alienação parental com possíveis sequelas de danos psicológicos, poderão desenvolver um sentimento de culpa por ter sido acometido por uma injustiça.

Portanto, além do mal causado a todos os envolvidos na falsa denúncia por abuso sexual, haverá necessidade de uma intervenção por parte dos operadores do direito no sentido de uma apuração detalhada do crime imputado, inclusive com pareceres de especialistas como os psicólogos e médicos. E no caso de se apurar que a denúncia é falsa, os criminosos deverão responder conforme o crime do artigo 339 do código penal (denúncia caluniosa), estando sujeito a pena de reclusão de dois a oito anos e multa.

Assim, a Lei nº 12.318/2010, em seu art. 4º, confere caráter de urgência e prioridade para os casos em que haja indícios de alienação parental, como forma de assegurar a efetividade do inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, determinando, deste modo, que, o Ministério Público seja ouvido e as medidas necessárias para a preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente seja assegurada, garantindo a sua convivência com o genitor ou proporcionando uma reaproximação com ambos. Percebe-se, destarte, uma preocupação do legislador em garantir que os direitos do menor sejam, sobretudo, preservados. Aqui, o magistrado terá o desafio de agir com bastante prudência e sensibilidade para verificar, antes de qualquer prova técnica, se realmente está diante de um caso de alienação, situação em que a proteção do menor será legítima.

### 3.2 SURGIMENTO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SEUS EFEITOS

Como visto anteriormente, com a rápida possibilidade da independência feminina em relação ao casamento os conflitos aumentaram de forma considerável entre os gêneros, desmistificando a ideia de casamento como única forma de vida para as mulheres. No contexto das rupturas da vida em comum, ainda que necessárias, uma situação polêmica e complexa passou a ser estudada com profundidade pelo médico e professor de psiquiatria infantil da Universidade de Colúmbia, Gardner, a denominada “Síndrome da Alienação Parental”.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem Equivalente para o Diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)**. Traduzido por: Rita Rafaeli. 2002. Pág. 58. Disponível em:

Gardner descrevia em sua pesquisa a manipulação exercida, principalmente pela mãe, na criança cujos pais enfrentavam conflitos ou litígio de divórcio onde a disputa da guarda do menor se delineava. A manipulação e o condicionamento dos sentimentos da criança pela mãe, segundo o estudioso, rompem os laços afetivos com o outro genitor, gerando angústia e ansiedade, além de medo.

O autor é considerado um dos maiores especialistas mundiais sobre os casos de separação e divórcio, conseguindo identificar que, no certame judicial, o interesse principal dos genitores na ação é afastar o filho da convivência do ex-cônjuge, realizando uma lavagem cerebral na mente da criança.

É habitual existir entre os casais problemas na vida conjugal. Esses problemas podem ser a razão pela qual um dos cônjuges tem dificuldade de aceitar o fim do relacionamento, não conseguindo administrar de forma correta a mágoa e a tristeza do rompimento de um vínculo conjugal ou de um relacionamento.

Toda a decepção e frustração podem dar início a sentimentos de vinganças e ódio devido à separação, e isso pode gerar uma campanha para denegrir, envergonhar e macular a imagem do ex-cônjuge diante dos filhos, surgindo, dessa forma, a prática da alienação parental.

Na opinião de Dias:

Quando não consegue elaborar adequadamente o luto da separação, desencadeia um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge. Ao ver o interesse do pai em preservar a convivência com o filho, quer vingar-se, afastando este do genitor.<sup>35</sup>

A alienação parental é praticada por diferentes formas e as mais frequentes são palavras proferidas na frente da criança que o ex-cônjuge não é mais da família, que não quer pagar pensão alimentícia, que é melhor ficar sem vê-lo. Portanto a criança acaba absorvendo toda essa informação imputada pelo alienador e passa a considerar com verdades. Os anos se prolongam e o filho percebe que se tratava de conflitos gerados pela separação dos pais, trazendo sofrimentos e sentimento de culpa.

---

<sup>35</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, Pág.11.

Neste contexto, Dias explica que a criança acaba aceitando como verdadeiro tudo que lhe é informado. Identifica-se com o genitor patológico e torna-se órfã do genitor alienado, que passa a ser considerado um invasor, um intruso a ser afastado a qualquer preço. O alienador, ao destruir a relação do filho com o outro, assume o controle total. Tornam-se os dois unos, inseparáveis. Este conjunto de manobras confere prazer ao alienador em sua trajetória de promover a destruição do antigo parceiro.<sup>36</sup>

Com este conflito familiar os filhos passam a sofrer abundantemente e podem adquirir sequelas irreversíveis como distúrbios psicológicos. Sobre os efeitos da alienação parental nas crianças, Magalhães relata que:

Como objeto de vinganças e disputas, e o detentor da guarda apesar de sobrecarregado com o ônus de cuidado e educação, manipula e exclui o alienado dessa responsabilidade. No entanto, a criança percebe muitas vezes que não é digna de receber amor do outro genitor afastado, gerando sentimentos de culpa, de abandono, de rejeição, de baixa estima e de vazios afetivos ao longo de toda vida.<sup>37</sup>

O genitor alienante é aquele que tenta de todas as maneiras afastar o filho da convivência do genitor alienado sob qualquer custo, para cessar o relacionamento entre ambos.

Em minha vivência, na maioria dos casos a mãe é a genitora alienadora enquanto o pai é o genitor alienado. Ela é tida como guerreira e super protetora por cuidar sempre do filho, e ele como o causador da desestruturação familiar por ter abandonado o lar. A mãe esquece que o pai também tem uma função importantíssima para a personalidade e desenvolvimento saudável da criança. Esses valores e responsabilidades estão sendo ignorados, princípios constitucionais estão sendo violados juntamente com questões morais e humanistas, mudando totalmente o sentido de proteção e preservação dos filhos.

Na visão de Guazzelli, a separação e o divórcio são pródigos em desencadear o que há de pior no ser humano, estabelecendo, muitas vezes, verdadeira violência nas relações intrafamiliares pós-ruptura do casal. Recapitulando

---

<sup>36</sup> DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, Pág.16.

<sup>37</sup> MAGALHÃES, Maria Valéria de Oliveira Correia. **Alienação Parental e sua Síndrome: Aspectos Psicológicos e Jurídicos no Exercício da Guarda após a Separação Judicial**. Bagaço, Recife: 2011. Pág. 52.

o que disse no início, vários sentimentos como raiva, o ciúme doentio e o desejo de vingança podem resultar.<sup>38</sup>

Os danos provocados nos filhos após as rupturas conjugais geram consequências preocupantes como o isolamento, confusão mental, irregular desempenho escolar, depressão, rebeldia, etc. Segundo Silva:

“(...) denegrir a imagem moral do genitor alienado perante os filhos é uma forma de abuso psicológico – sutil, subjetivo e difícil de mensurar objetivamente - mas que poderá trazer sérias consequências psicológicas e provocar problemas psiquiátricos pelo resto da vida”.<sup>39</sup>

O genitor alienador conversa com o filho contando momentos de dificuldades e sofrimentos durante a relação conjugal, desse modo a criança absorve toda essa negatividade mostrada pelo alienador e passa a ter um sentimento de vingança e a proteger o genitor que detém a sua guarda. Isso gera na criança um compromisso de fidelidade para com o alienador, causando ainda mais revolta na mente do filho e consequentemente o afastamento da prole com o ex-cônjuge alienado.

Esses atos de convencimento da criança para evitar a convivência com seu outro genitor são bastante maléficos, confundindo a mente da criança, o que poderá causar danos psicológicos e emocionais que refletirão em sua personalidade e em seu desenvolvimento, conhecidos como síndrome da alienação parental.

### 3.3 DISTINÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Observemos que há uma diferenciação entre a alienação parental (AP) e a síndrome da alienação parental (SAP). Como já visto anteriormente, a alienação parental é a campanha de desmoralização realizada por um genitor (alienador) em relação ao o outro (alienado) ou por alguém que possua convivência com a criança. O filho é manipulado pelo genitor alienador para que esse passe a odiar e romper as relações afetivas com o ex-cônjuge.

<sup>38</sup> GUAZZELLI, Mônica. A falsa denúncia de abuso sexual. In: DIAS, Maria Berenice (Coord). **Incesto e alienação parental**: realidades que a justiça insiste em não ver. 2. Ed. rev. atual e ampl – São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2010. Pág. 54.

<sup>39</sup> SILVA, Denise Maria Percine. **Mediação e Guarda Compartilhada – Conquistas para a família**. Curitiba: Juruá, 2011. Pág. 209.

A síndrome da alienação parental, por sua vez, é a consequência danosa dos atos da alienação, refletindo nos sentimentos e comportamentos dos filhos alienados, fazendo com que eles se apeguem apenas ao genitor alienador e se afastem do pai ou da mãe alienada.

Há pessoas que entendem que esses dois institutos são sinônimos pelo fato de estarem interligados e terem o mesmo sentido, porém as distinções são notórias. Deste modo, Guilhermano entende essa distinção e explica que:

Cabe destacar a diferença entre a alienação parental e a síndrome da alienação parental, sendo a primeira a campanha denegritória feita pelo alienador com o intuito de afastar os filhos do alienado, e a segunda consiste nos problemas comportamentais, emocionais e em toda desordem psicológica que surge na criança após o afastamento e a desmoralização do genitor alienado.<sup>40</sup>

Ademais, a distinção entre alienação parental e síndrome da alienação parental é bastante técnica, uma vez que a síndrome é entendida por causar danos psicológicos na criança. É sempre importante notar que isto tudo é causado para a criança devido ao ódio que permeiam os genitores. Então a síndrome da alienação parental coaduna com os efeitos da alienação parental, que podem ser emocionais ou comportamentais desenvolvidos pela criança ocasionada pela ação do alienador. Pela pesquisa realizada a partir da doutrina e da jurisprudência, como também pela experiência por mim vivenciada e pelas leituras sobre outros casos referentes ao tema, pode-se deduzir que esses efeitos parecem ser frequentes na população brasileira, independentemente da classe social ou situação financeira das famílias.

Segundo Gardner, a síndrome da alienação parental é caracterizada por um conjunto de sintomas que aparecem na criança geralmente juntos, esses incluem:<sup>41</sup>

- 1- Uma campanha denegritória contra o genitor alienado.
- 2- Racionalização fraca, absurda ou frívola para a depreciação.
- 3- Falta de ambivalência.

---

<sup>40</sup> GUILHERMANO, J. F. **Alienação parental**: aspectos jurídicos e Psíquicos. 2012. Pág.3. Curso de Direito. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

<sup>41</sup> GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem Equivalente para o Diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)**. Traduzido por: Rita Rafaeli. 2002. Pág. 56. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1?o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.



- 4- O fenômeno do “pensador independente”.
- 5- Apoio automático ao genitor alienador no conflito parental.
- 6- Ausência de culpa sobre a crueldade e/ou a exploração contra o genitor alienado.
- 7- A presença de encenações “incomodadas”.
- 8- Propagação da animosidade aos amigos e/ou à família extensa do genitor alienado.<sup>42</sup>

Normalmente as crianças atingidas pela alienação parental que chegam a sofrer as consequências da síndrome da alienação parental irão apresentar a maioria desses sintomas, porém em casos menos agressivos nem todos os sintomas serão vistos.

De acordo com estes estudos, chegou-se a uma conclusão que a síndrome da alienação parental é dividida de acordo com sua intensidade provocada na criança em três níveis:

Estágio I (Leve): As visitas ocorrem de maneira calma, com pouca dificuldade apenas na hora da troca dos genitores. Quando a criança encontra-se com o genitor alienado as campanhas de desvalorização do mesmo são raras e discretas, o empenho é fortalecer o vínculo com o genitor alienador.

Estágio II (Médio): O alienador desenvolve uma série de recursos para separar a convivência da criança com o genitor alienado. A campanha de desmoralização é com bastante intensidade e absurda. A criança passa a considerar o alienante como uma pessoa má, enquanto apoia e protege o alienador.

Estágio III (Grave): A criança apresenta perturbações em sua mente. Pode entrar em pânico só em pensar em visitar o genitor alienado, haverá gritos e sinais de violência, tornando quase impossível a convivência com o alienado.

É importante a todos os familiares que convivem com a criança ficarem atentos no sentido de identificarem possíveis sinais que comprovem a síndrome da alienação parental para que uma vez que seja diagnosticado o quanto antes, realizarem o tratamento mais favorável possível com vistas a não agravar ainda mais a situação do menor.

---

<sup>42</sup> GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem Equivalente para o Diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)**. Traduzido por: Rita Rafaeli. 2002. Pág. 56. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1?o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

É de se destacar que as vítimas mais frequentes dos efeitos causados pela síndrome da alienação parental são crianças de menor idade (primeira e segunda infância) pelo motivo que possuem um baixo ou ausente nível de consciência crítica, favorecendo assim a absorção de tudo o que o alienador implanta em sua mente. Os filhos menores são muito dependentes emocionalmente como também são carentes de carinho, amor e atenção, o que é uma “presa fácil” em um ambiente de alienação parental. Em contrapartida os filhos adolescentes por possuírem certa consciência dos fatos têm uma maior probabilidade de não ser tão atingido pela alienação parental bem como não sofrer ou ser acometido em um estágio mais leve dos efeitos da síndrome da alienação parental.

Além das consequências já mencionadas anteriormente sobre os efeitos da síndrome, as crianças poderão apresentar outros sinais e sintomas. Os estudos da Universidade de Colúmbia afirmam que filhos de pais alienadores têm maior inclinação para o alcoolismo e o uso de drogas. Segundo pesquisa de 2007 do Datafolha, no Brasil, aproximadamente uma em cada quatro pessoas é filha de um casamento que acabou e que a criança sofria esse tipo de patologia.<sup>43</sup>

Quando a alienação parental chega ao nível de ser considerada uma patologia ou síndrome, é necessário detectar essa alienação, porém isso gera uma dificuldade até porque quando o genitor alienador percebe que já alcançou o efeito que pretendia, ele começa a amenizar a situação.

Para conseguir detectar a síndrome da alienação parental, é necessária a realização de estudos psicossociais com o menor, por profissionais competentes especialistas na área com a finalidade de realizar uma avaliação mais detalhada e concluir se realmente está havendo um processo de desmoralização e descrédito de um dos pais.

A Lei nº 12.318/2010, que entrou em vigor na data de sua publicação, surge com o objetivo de intimidar a prática da alienação parental e consequentemente os efeitos da própria síndrome, tendo em vista a gravidade para o alienado e principalmente para a criança ou o adolescente.

---

<sup>43</sup> PEREIRA, Geni Paulina. Síndrome da Alienação Parental: Uma Análise Constitucional. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,sindrome-da-alienacao-parental-uma-analise-constitucional,36031.html>. Acesso em 07 de Junho de 2018.

#### 4 A LEI Nº 12.318/2010 E AS SANÇÕES APLICÁVEIS AO ALIENADOR

A Lei nº 12.318 foi promulgada em 27 de agosto de 2010 dispondo sobre a alienação parental, e, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil têm a finalidade de proteger as crianças e os adolescentes. A lei estabelece condutas que são enquadradas em rol exemplificativo como práticas alienantes, as sanções cabíveis ao alienador para inibir tais atitudes abusivas, bem como regulamentou o tratamento específico para a alienação parental.

A sobredita lei que tem origem no Projeto de Lei nº 4.053/2008, de autoria do deputado Régis de Oliveira, acompanha as transformações vivenciadas na sociedade brasileira no que diz respeito ao núcleo familiar, visto que a quantidade de casais requerendo o divórcio é cada dia mais frequente, e como consequência, os conflitos familiares são rotineiros. Como já foi mencionado anteriormente no presente estudo, muitos casos de rompimentos conjugais acabam terminando em desavenças, o que repercute na guarda dos filhos, condição que acaba culminando, muitas vezes, na síndrome da alienação parental, daí a importância de uma lei específica que regule tais situações e norteie a aplicação pelo Judiciário.

A alienação parental é uma das formas de abuso do exercício do poder familiar e uma violação ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. Nesses casos, a convivência entre o genitor alienado e o seu(s) filho(s) fica prejudicada, implicando em danos imensuráveis que interferem no desenvolvimento psíquico e físico do menor. Desse modo, sempre visando ao melhor interesse da criança, assim que forem caracterizadas práticas de alienação parental, é imprescindível que haja a punição do responsável.

O princípio da dignidade humana é definido nos fundamentos da República Federativa do Brasil, considerado um dos princípios constitucionais e do Direito de Família, pois o ser humano não pode e não deve ser tratado como simples objeto, merece respeito e reconhecimento por parte de seus semelhantes.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> LEMIZS, Ivone Ballao. **O princípio da dignidade humana**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5649/O-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em 26/04/2018.

#### 4.1 SANÇÕES E A APLICABILIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO

O artigo 6º e seus incisos da Lei nº 12.318/2010 dispõe, de forma exemplificativa, sobre as sanções legais para o praticante de alienação parental. Essas punições podem ser aplicadas de forma cumulativa ou não pelo magistrado, ou seja, de acordo com cada caso concreto, o juiz pode imputar ao genitor alienador um ou mais meios de sanção.

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência de criança ou adolescente com genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso:

- I - declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador;
- II - ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado;
- III - estipular multa ao alienador;
- IV - determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial;
- V - determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão;
- VI - determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente;
- VII - declarar a suspensão da autoridade parental.<sup>45</sup>

Alenxandridis afirma que cabe esclarecer que o rol das medidas inseridas no art. 6º da Lei nº 12.318/2010 é apenas exemplificativo, podendo existir outras medidas aplicadas na prática que tenham o condão de eliminar os efeitos da alienação parental, ou, ainda, pode o juiz promover a conjugação de duas ou mais medidas, que entender necessárias a fim de evitar a proliferação dos danos relativos à alienação parental, na preservação do convívio do menor com o vitimado.<sup>46</sup>

A seguir, serão analisadas as medidas passíveis de sanção, quando identificadas práticas de alienação parental.

O artigo 6º, Inciso I, da Lei nº 12.318/2010, traz a advertência como medida aplicável aos pais ou responsáveis em praticar atos de alienação parental, quando

<sup>45</sup>BRASIL. Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010. Dispõe sobre alienação parental e altera o art. 236 da lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12318.htm)>. Acesso em 26 de maio de 2018.

<sup>46</sup>ALENXANDRIDIS, Georgios; FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Alienação Parental**. 2º Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, pág. 75.

os efeitos decorridos desta apresentem um nível leve de intensidade. Portanto, constatado o caso de alienação parental de pouca gravidade, o magistrado poderá advertir verbalmente o responsável alienador como uma primeira medida na tentativa de inibir essa prática que pode provocar um dano maior à criança.

Segundo Cury, Silva e Mendez, a advertência consiste na admoestação verbal, servindo como medida pedagógica, para que haja reflexão dos pais ou responsável, permitindo-lhes reencontrar o trilho do processo educativo interrompido ou desfigurado.<sup>47</sup>

Esta medida é adotada como um primeiro aviso ao alienador em casos que ainda não esteja causando sérios prejuízos e para que este cesse os atos característicos da alienação parental. A advertência é considerada a medida mais branda de todas e é aplicada quando verifica indícios de alienação parental, cessando assim sua progressão.

Neste sentido também é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

**Ementa:** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPEDIMENTO INJUSTIFICADO CRIADO À CONVIVÊNCIA PATERNO-FILIAL. **ALIENAÇÃO PARENTAL** POR PARTE DA GUARDIÃ COMPROVADA. CONDENAÇÃO À MEDIDA DE **ADVERTÊNCIA** E DE ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO. MANUTENÇÃO. 1. Apesar da negativa da guardiã, o conjunto probatório carreado ao feito revela que com seu comportamento contribuiu significativamente para o distanciamento paterno-filial, sem se preocupar com o comprometimento que esta situação acarreta ao saudável desenvolvimento do menino, que, sem justo motivo, passou a recusar a realização das visitas paternas. 2. Manutenção da sentença que, diante da prática de **alienação parental**, aplicou à guardiã medida de **advertência**, no sentido da não imposição de óbice ao convívio paterno-filial, sob pena de ampliação das medidas, e de realização de acompanhamento psicológico (da guardiã e do filho), de modo a viabilizar o restabelecimento dos vínculos afetivos saudáveis. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70074248667, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Moreira Lins Pastl, Julgado em 28/09/2017).

Como se pode observar a advertência vem sendo empregada pelos tribunais quando se torna viável e necessária em casos que for detectado pelo juiz indícios de síndrome da alienação parental. Então o magistrado aplicará a advertência como

---

<sup>47</sup>CURY, Munir; SILVA, Antonio Fernando do Amaral e; MENDEZ, Emílio García (Coord.). COSTA, Antonio Carlos Gomes da, et al. (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 11. Ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2010. Pág. 57.

uma tentativa de primeira solução para o problema, de forma que o advertido fique ciente das consequências que seus atos estão prejudicando seu filho, inclusive as futuras sanções que poderão lhe ser imposta se desta maneira continuar.

De acordo com o artigo 6º, inciso II, da Lei nº 12.318/2010, o magistrado poderá ampliar o tempo de convivência entre o filho e o genitor alienado quando verificada a ocorrência de alienação parental. Isto ocorre em virtude ao cumprimento do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, sendo uma tentativa em restabelecer o convívio do filho com o genitor vitimado, e evitando maiores danos dessa ausência de presença entre ambos.

A ampliação do regime de convivência familiar em favor do genitor alienado vem sendo empregada pelos tribunais, como se verifica a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

TJ- DF – Apelação Cível – APC- 20140310277634

Data de Publicação: 11/03/2016

**Ementa:** FAMILIA. MODIFICAÇÃO DE **VISITAS. ALIENAÇÃO PARENTAL**. NÃO CONFIGURADA. SENTENÇA REFORMADA EM PARTES. 1- **alienação parental**, quando configurada deve ser tratada com rigor pelo judiciário. No entanto como de sua declaração decorre a imposição de sanção, a medida a ser adotada deve estar pautada em elementos seguros e irrefutáveis de prova. 2- Não configurado os elementos que ensejariam a declaração de alienação parental, impõe-se reformar a sentença, em parte, para afastar as sanções impostas, e modificar o **regime de visitas, ampliando-o em favor do melhor convívio** da criança com o pai. 3- Deu-se provimento ao recurso.

Já no inciso III do artigo 6º da lei supracitada prevê a aplicação de multa ao praticante da alienação parental como medida coercitiva para que seja cumprido o direito de visitas e cessem os atos da alienação. Com este pensamento, coaduna SIMÃO ao afirmar que enquanto poder/dever, a visitação pode ser exigida e o seu não cumprimento implica inobservância de dever judicialmente imposto, podendo o Juízo determinar providências que assegurem o resultado prático do adimplemento, inclusive com estipulação de multa e determinação de acompanhamento psicológico. Observe-se que a previsão de norma sem sanção inviabiliza a efetividade do direito previsto. A sugestão ora aventada é no sentido de impor **multa cominatória** para o caso de inadimplemento, multa essa que, *in casu*, assume

natureza jurídica de medida coercitiva, com vistas ao cumprimento de determinação judicial em geral e regulamentação de visitas em especial.<sup>48</sup>

Ademais, é possível a imposição de multas pelo impedimento do direito de visitas do genitor vitimado. Esta medida tem a finalidade de reeducar o genitor que detém a guarda do filho no sentido de permitir o convívio com o outro genitor. Então, se o guardião da criança não cumprir com a decisão judicial que regulamenta a visitação, estará passível de receber e arcar com o valor da multa.

O inciso IV do artigo 6º da Lei nº 12.318/2010 determina acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial. Também o artigo 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente indica o mesmo tratamento aos pais ou responsáveis. A síndrome da alienação parental é um transtorno psicológico que necessita de um tratamento específico para cada integrante da família e para cada caso concreto. O responsável alienador às vezes não consegue perceber que as suas ações e atos estão sendo prejudiciais a seu filho e a relação deste com seu outro genitor alienado. Deste modo o processo de alienação parental não é interrompido, daí a necessidade de um tratamento psicológico com um profissional da área com o escopo de nortear-lo a agir para o melhor interesse dos filhos.

Portanto, detectado o transtorno provocado pela síndrome da alienação parental, poderá o magistrado determinar a realização do acompanhamento psicológico, conforme explica Simão:

“Ressalte-se que o genitor que subtrai do seu filho o direito ao convívio ou contato deste com o outro genitor, em verdade, além de lhe prejudicar e lesionar, em última análise, seu crescimento psicológico e higidez mental (e, por via de consequência, a integridade de sua dignidade humana) merece tratamento psicológico que também poderá ser imposto pelo Juízo do exercício do seu poder geral de cautela com fincas no inciso III do artigo 129 da Lei 8.069/90”.<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup>SIMÃO, Rosana Barbosa Cipriano. **Soluções judiciais concretas contra a perniciosa prática da alienação parental.** In: *Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. 1. Ed. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2008. Pág. 16.

<sup>49</sup>SIMÃO, Rosana Barbosa Cipriano. **Soluções judiciais concretas contra a perniciosa prática da alienação parental.** In: *Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. Porto Alegre: Equilíbrio, 2008. p. 17.

A medida de encaminhamento para tratamento psicológico ou biopsicossocial está em consonância com a jurisprudência, conforme se observa do acórdão da 4ª Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba:

TJ-PB – 00170068620138152001 0017006-86.2013.815.2001 (TJPB)

Data de Publicação: 09/08/2016

Ementa: EMENTA: DECLARATÓRIA DE **ALIENAÇÃO PARENTAL** C/C MODIFICAÇÃO DE GUARDA. COMPROVADA INTERFERÊNCIA POR PARTE DO GENITOR NA FORMAÇÃO PSICOLÓGICA DA ADOLESCENTE EM DESFAVOR DA GENITORA. PREJUÍZO AO VÍNCULO MATERNO DECORRENTE TAMBÉM DE OMISSÃO DA MÃE NA CRIAÇÃO DE SUA FILHA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. **DECLARAÇÃO DA ALIENAÇÃO PARENTAL**. MANUTENÇÃO DA GUARDA COMPARTILHADA. SUBMISSÃO DAS PARTES A **TRATAMENTO PSICOTERAPÊUTICO**. APELAÇÃO. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE. LEI Nº 12.318/2010. ATO NORMATIVO VOLTADO A PROTEÇÃO DA CRIANÇA OU DO ADOLESCENTE VOLTADA A ALIENAÇÃO PARENTAL. NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DO REGIME DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR COM A MÃE. PROVIMENTO PARCIAL. RECURSO ADESIVO. ALIENAÇÃO PARENTAL. (TJ-PB ACÓRDÃO/DECISÃO do processo nº 00170068620138152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA em 09.08.2016).

De acordo com Silva, deve-se iniciar um tratamento psicológico intensivo, capaz de neutralizar os efeitos da síndrome da alienação parental. Em geral, o trabalho deve ser realizado por um profissional que conheça profundamente essa síndrome, suas origens, consequências, o modo como combatê-la, intervindo o mais rapidamente possível para que seus efeitos não se tornem irreversíveis.<sup>50</sup>

A finalidade do acompanhamento psicológico é justamente conscientizar o alienador de suas atitudes, e para neutralizar os efeitos ocasionados pela alienação parental.

Outra determinação prevista no artigo 6º, inciso V, da Lei nº 12.318/2010, é a perda da guarda (inversão de guarda) ou a alteração da guarda única para a guarda compartilhada. Os meios mais severos de punições aplicadas pelo magistrado seriam a alteração da guarda ou até mesmo a suspensão da autoridade parental. Portanto, pode o Juiz, em determinados casos, determinar a inversão da guarda da

<sup>50</sup>SILVA, Denise Maria Perissini. **Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental: O que é isso?**. 1. Ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2010. Pág.88.



criança em favor do responsável alienado, isso porque o convívio do menor com o genitor alienador poderá afetar o seu pleno desenvolvimento de forma saudável.

Neste sentido, esclarece Dias:

“Flagrada a presença da alienação parental, mister a responsabilização do alienador, pois este tipo de comportamento é uma forma de abuso e pode ensejar a inversão da guarda ou a destituição do poder familiar. Trata-se de postura que põe em risco a saúde emocional do filho, porquanto ocasiona severa crise desleal e enorme sentimento de culpa, o que certamente irá afetar seu sadio desenvolvimento mental”.<sup>51</sup>

O poder familiar tem o escopo de dar condições para proporcionar aos filhos uma boa formação pessoal. A guarda é considerada um dos atributos do poder familiar, e é através dos divórcios que tem que ser decidida a guarda e acaba originando os conflitos de alienação parental. O genitor guardião exerce o poder familiar à revelia do outro, dando ensejo a diversos traumas e implicações. Se forem comprovadas essas situações, o juiz pode determinar a inversão da guarda que deverá ser monitorada por equipes de profissionais habilitados, ocasião difícil de ser realizada devido ao grande número de demandas.<sup>52</sup>

O que acontece na realidade são os conflitos dos pais pela guarda unilateral dos filhos ocasionado pelo fim do relacionamento mal resolvido com muitas mágoas, ódio e ressentimentos, o que acarreta as práticas da alienação parental em que todos, de alguma maneira, ficam prejudicados, principalmente os filhos que podem adquirir danos psicológicos irreversíveis.

A guarda compartilhada encontra-se prevista nos artigos 1.583<sup>53</sup> e 1.584<sup>54</sup> do nosso Código Civil de 2002, tratando como responsabilidade de ambos os pais e

<sup>51</sup>DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental e a perda do poder familiar. Disponível em: <<http://mariaberenice.com.br/>>. Acesso em 25 de abril 2018.

<sup>52</sup>CORREIA, Eveline de Castro. **Análise dos meios punitivos da nova lei de Alienação Parental.** Disponível em : [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9272](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9272) > . Acesso em : 30/04/2018.

<sup>53</sup>Art. 1.583. A guarda será unilateral ou compartilhada.

§ 1º Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua e, por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

§ 2º Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma equilibrada com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

exercícios de direitos e deveres dos mesmos. A guarda compartilhada é uma forma de prevenir a alienação parental, porque ambos os pais são responsáveis pela criação de seus filhos e compartilham o exercício do poder familiar.

Uma das alternativas mais favoráveis e sensatas é optar pela guarda compartilhada que está positivada em nosso ordenamento jurídico desde o ano de 2008 com a Lei nº 11.698, autorizando ao magistrado a aplicá-la “sempre que possível”, ou seja, indicando uma preferência por este tipo de instituto. Porém, apesar da promulgação da Lei 11.698/2008 que versa sobre o compartilhamento de guarda ser legalmente admitida, o que se observou foi que o modelo de guarda unilateral ainda continuou a ser o mais adotado pelos brasileiros.

Diante deste contexto, a promulgação da Lei nº 13.058/2014 trouxe novas regras a serem aplicadas para a guarda compartilhada, alterou os artigos 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do Código Civil de 2002, bem como se tornou regra impositiva para casos de separação dos pais no tocante a guarda dos filhos. Então, a regra é que o magistrado aplique a guarda compartilhada, salvo algumas exceções.

Sobre a guarda compartilhada, discorre Dias:

“Solvido o relacionamento dos pais, nada interfere no poder familiar com relação aos filhos (C.C 1.632). Os filhos permanecem sob a guarda compartilhada dos genitores, ainda que não haja acordo entre ambos. O tempo de convívio deve ser dividido de forma equilibrada”.<sup>55</sup>

Na tentativa de prevenir a prática da alienação parental, a guarda compartilhada vem sendo utilizada como uma opção adequada diante de um litígio judicial para a guarda dos filhos, pois é mais favorável a um melhor desenvolvimento e também proporcionando a continuidade do convívio dos filhos com seus dois

---

§ 3º Na guarda compartilhada, a cidade considerada base de moradia dos filhos será aquela que melhor atender aos interesses dos filhos.

§ 5º A guarda unilateral obriga o pai ou a mãe que não a detenha a supervisionar os interesses dos filhos, e, para possibilitar tal supervisão, qualquer dos genitores sempre será parte legítima para solicitar informações e/ou prestação de contas, objetivas ou subjetivas, em assuntos ou situações que direta ou indiretamente afetem a saúde física e psicológica e a educação de seus filhos.

<sup>54</sup>Art. 1.584. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser:

I – requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar;

II – decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe.

<sup>55</sup>DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 461.

genitores. A manutenção da guarda compartilhada vem sendo utilizado pelos tribunais, como se verifica a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

TJ-RS – Agravo de Instrumento AI 70073185886

Data de Publicação: 27/06/2017

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALTERAÇÃO DE GUARDA EM SEDE LIMINAR. DESCABIMENTO. Caso de **guarda fixada para ser exercida de forma compartilhada**, e no qual a genitora pede alteração liminar e “inaudita altera parte” para guarda unilateral, sob alegação de que o pai praticaria alienação parental. Hipótese na qual, ao menos por hora, inexistente qualquer prova ou verossimilhança sob a alegada alienação parental, ou de qualquer situação de urgência que justifique prolação de decisão sem prévia oitiva do pai/agravado (sequer citado ao tempo da interposição do recurso). NEGARAM PROVIMENTO. (Agravo de instrumento nº 70073185886. Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgada em 22/06/2017).

A guarda compartilhada se apresenta como uma forma eficaz de prevenção à alienação parental, uma vez que a ruptura da união dos pais acarreta uma redistribuição de papéis que até então eram exercidos conjuntamente. Neste caso, os pais acordam acerca da guarda dos filhos, podendo, o juiz decidir de forma diferente, levando em consideração o melhor interesse do menor.<sup>56</sup>

Em vários casos de alienação parental o genitor alienador realiza a mudança de endereço com a finalidade de separar a criança do vitimado e dificultar ainda mais a convivência entre ambos. O artigo 6º, inciso VI, da Lei nº 12.318/2010, determina a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente. Desta forma, o juiz poderá estabelecer a cidade e um endereço fixo para o menor, com o objetivo de que o outro genitor não guardião possa sempre visitar seu filho, evitando a mudança abusiva e inesperada da residência do menor.

Essa sanção pode ser aplicada desde a partir do momento que se tem ciência de que o alienador pretende realizar a mudança de endereço para privar o encontro do responsável vitimado com seu filho. Essa pretendida mudança de domicílio poderá prejudicar o pleno desenvolvimento saudável da criança por afastar o menor da convivência com seu outro genitor.

---

<sup>56</sup>SANDRI, Jussara Schmitt. **ALIENAÇÃO PARENTAL: O USO DOS FILHOS COMO INSTRUMENTO DE VINGANÇA ENTRE OS PAIS**. CURITIBA: JURUÁ, 2013. Página 157.

A suspensão da autoridade parental está prevista no artigo 6º, inciso VII, da Lei nº 12.318/10, e será aplicada quando o magistrado entender que está comprovada a prática de alienação parental em um nível mais avançado de danos para a criança. A suspensão do poder familiar também se encontra legitimada nos artigos 1.637<sup>57</sup> do Código Civil de 2002, e ainda no artigo 129, inciso X<sup>58</sup>, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A destituição ou perda do poder familiar também poderá ser aplicada em casos mais urgentes em que ficar evidenciada que esta é a única medida cabível para reverter a síndrome da alienação parental e estabelecer o convívio do responsável vitimado com seu filho. A destituição do poder familiar está fundamentada no artigo 1.638, inciso IV<sup>59</sup>, do Código Civil, pois constitui abuso de poder.

Segundo Cardin:

Infere-se que, havendo o abuso de poder por parte dos genitores, o magistrado, após a sua apuração, deverá suspender o poder familiar por decisão fundamentada. Já quanto à perda do poder familiar, pelos efeitos emocionais e psicológicos que desencadeiam, tanto em relação aos pais quanto aos filhos, foram enumerados pelo Direito positivo os fatos realmente graves que viriam a prejudicar o completo desenvolvimento do menor.<sup>60</sup>

Por ser extremamente gravosa, esta medida só deverá ser aplicada em estágios avançados da síndrome da alienação parental, como por exemplo, em casos comprovados de abuso sexual perpetrado pelo genitor, como se pode verificar no julgado do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco a seguir.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - GUARDA DE MENOR - DISPUTA ENTRE OS GENITORES. ALTO GRAU DE BELIGERÂNCIA. ACUSAÇÕES RECÍPROCAS. ABUSOSEXUAL E ALIENAÇÃO PARENTAL. NECESSIDADE DE EXAME PSICOSSOCIAL POR

<sup>57</sup> Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

<sup>58</sup> Art. 129. São medidas aplicáveis aos pais ou responsável:

X - suspensão ou destituição do poder familiar.

<sup>59</sup> Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

IV - incidir, reiteradamente, nas faltas previstas no artigo antecedente.

<sup>60</sup> CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Dano moral no direito de família**. 1.ed.São Paulo: Saraiva,2012, p.146.

PROFISSIONALESPECIALIZADO. INTELIGÊNCIA DO ART. 5º, § 2º DA LEI Nº 12.318/2010. **AFASTAMENTO DA CRIANÇA DO CONVÍVIO DO SUPOSTO ALIENADOR E DO ACUSADO DE ABUSO SEXUAL.** GARANTIDO DIREITO DE VISITAÇÃO DO GENITOR DE FORMA ASSISTIDA. MEDIDA MAIS RECOMENDÁVEL. MANUTENÇÃO DA GUARDA À GENITORA. DEFERIMENTO DA BUSCA E APREENSÃO. CUMPRIMENTO DA MEDIDA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO COLEGIADA. POSSIBILIDADE. RECURSO PROVIDO POR MAIORIA. 1 - A alienação parental ou implantação de falsas memórias é tão grave quanto o abuso sexual, seja porque põe em risco a saúde emocional da criança, seja porque causa drásticas repercussões no desenvolvimento psicológico do indivíduo alienado, acarretando-lhes severos danos no presente e no futuro, devendo ambos receber o mesmo tratamento por parte do Poder Judiciário. 2 - Verificando o magistrado atos típicos de alienação parental, nada impede que adote algumas medidas, isolada ou cumulativamente, previstas no art.6º da Lei nº 12.318/2010, dentre as quais se encontram: a) declarar a ocorrência de alienação parental e advertir o alienador; b) ampliar o regime de convivência familiar em favor do genitor alienado; c) estipular multa ao alienador; d) determinar acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial; e) determinar a alteração da guarda para guarda compartilhada ou sua inversão; f) determinar a fixação cautelar do domicílio da criança ou adolescente; g) declarar a suspensão da autoridade parental; 3 - No caso de existir denúncia e/ou indícios de que a criança esteja sendo vítima de alienação parental, a prudência recomenda que medidas de cautela sejam tomadas pelo Judiciário para preservar os interesses da criança, assegurando, sempre que possível, a sua proteção e o seu bem estar, seja coibindo a continuidade do ato lesivo, seja afastando a vítima do convívio direto com o seu suposto agressor; 4 - Quando a situação envolver denúncia de abuso sexual em face de menor, basta que o agressor também seja afastado do convívio da vítima, impedindo-o, inclusive de manter com ela qualquer tipo de aproximação, competindo ao julgador, quando se deparar com tal situação, evitar que a mera acusação de crime de abuso sexual se transforme em sentença penal condenatória, sem antes ser observado o devido processo legal e o que diz o princípio da presunção da inocência previsto no art. 5º, LVII da CF/88, notadamente quando existe no processo laudo da Polícia Técnico-Científica atestando que não houve conjunção carnal; 5 - A solução que melhor se amolda ao caso concreto é restabelecer a guarda da criança à genitora, desde que o senhor A.N., namorado da agravante, não se aproxime de A.C.L.S., guardando, sempre, uma distância mínima de 300 (trezentos) metros da menor, nem faça com ela qualquer espécie de contato, seja presencialmente, seja por telefone, seja pela internet; 6 - Recurso Provido. À maioria de votos, vencido o relator. (TJ-PE-AI:3186765 PE, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, Data de Julgamento: 19/02/2014, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 25/02/2014). (BRASIL, 2014)

Portanto, através da análise da aplicação das sanções previstas no artigo 6º da Lei nº 12.318/2010 (Lei da Alienação Parental) pelos tribunais brasileiros, verificou-se que elas são extremamente utilizadas pelos juízes, sempre com a finalidade de resguardar os direitos e bem-estar dos envolvidos na prática de alienação parental, principalmente assegurando o melhor interesse da criança e do adolescente.

#### 4.2 RESPONSABILIZAÇÃO FACE À ALIENAÇÃO PARENTAL

A responsabilidade civil está prevista no Código Civil de 2002 em seu artigo 186, nos seguintes termos: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Gonçalves comenta sobre a responsabilidade civil como:

Toda atividade que acarreta prejuízo traz em seu bojo, como fato social, o problema da responsabilidade. Destina-se ela a restaurar o equilíbrio moral e patrimonial provocado pelo autor do dano. Exatamente o interesse em restabelecer a harmonia e o equilíbrio violados pelo dano constitui a fonte geradora da responsabilidade civil.<sup>61</sup>

Neste sentido, é possível afirmar que a alienação parental pode ensejar dano passível de responsabilização civil, diante do dano moral sofrido pela criança e pelo genitor alienado, causado por atos do genitor alienador. Um caso muito comum de alienação parental é quando o alienador incute na mente do filho a campanha de desmoralização do outro genitor através de falsas denúncias de abusos sexuais contra a criança.

Aquele responsável que viola o direito à honra ou à imagem de outra pessoa, terá o dever de indenizá-lo por dano material e moral, conforme prescreve o artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal de 1988.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

---

<sup>61</sup> GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil 4: Responsabilidade Civil**. 7.ed- São Paulo: Saraiva:2012.p.19.

V- é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da **indenização por dano material, moral ou à imagem**;(grifo nosso)

X- **são invioláveis** a intimidade, a vida privada, a **honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral** decorrente de sua violação; (grifo nosso)

O caput do artigo 6º da Lei nº 12.318/10 também trata da possibilidade de reconhecimento da responsabilidade civil:

Art. 6º Caracterizados atos típicos de alienação parental ou qualquer conduta que dificulte a convivência da criança ou do adolescente com o genitor, em ação autônoma ou incidental, o juiz poderá, cumulativamente ou não, **sem prejuízo da decorrente responsabilidade civil ou criminal** e da ampla utilização de instrumentos processuais aptos a inibir ou atenuar seus efeitos, segundo a gravidade do caso. (grifo nosso)

Em julgamento recente da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, houve a condenação de um homem a pagar indenização no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a sua ex-esposa, em razão de danos morais e materiais decorrentes de alienação parental. Os atos de alienação parental ocorreram junto à filha, desde os quatro anos de idade, o que gerou sérios danos emocionais e psicológicos. A alienação parental ficou comprovada devido às provas no processo e a exames com psicólogos com as pessoas envolvidas. Essa decisão foi embasada no artigo 6º da Lei nº 12.318/10, o qual prevê a responsabilização civil por atos da alienação parental.<sup>62</sup>

Assim, é cabível a indenização por danos morais e materiais em desfavor do genitor alienador, pois esta prática poderá ensejar em malefícios psicológicos nos vitimados.

A Lei nº 12.318/2010 estabelece em seu artigo 6º as medidas que podem ser aplicadas pelo Poder Judiciário, quando comprovadas práticas de alienação parental. Além dessas medidas que podem ser cumulativas, o responsável alienador poderá ser responsabilizado civil e/ou criminalmente, a depender da gravidade em cada caso concreto.

---

<sup>62</sup> Assessoria de comunicação do IBDFAM. Homem que praticava alienação parental é condenado a pagar danos morais para a ex esposa. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/6591/Homem+que+praticava+aliena%C3%A7%C3%A3o+parental+%C3%A9+condenado+a+pagar+danos+morais+para+ex-esposa>. Acesso em 18/04/2018.

Hoje quem pratica atos de alienação parental está cometendo violência psicológica, e poderá também ser responsabilizado criminalmente por isso. No Código Penal Brasileiro existem crimes que possuem relação direta com a alienação parental, ou seja, a prática desta alienação pode caracterizar outros crimes previstos no referido código, portanto o direito penal é capaz de coibir atos decorrentes dessa prática.

A alienação parental é uma campanha de desmoralização da imagem do responsável alienado vitimado, configurando-se, portanto um crime contra a honra. Segundo NUCCI:

Honra é a faculdade de apreciação ou o senso que se faz acerca da autoridade moral de uma pessoa, consistente na sua honestidade, no seu bom comportamento, na sua respeitabilidade no seio social, na sua correção moral; enfim, na sua postura calcada nos bons costumes.<sup>63</sup>

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso X, prevê expressamente serem invioláveis a honra e a imagem das pessoas. Honra é, portanto, um direito fundamental do ser humano, protegido constitucional e penalmente.

Os crimes contra a honra estão previstos nos artigos 138, 139 e 140 do Código Penal. O artigo 138 do Código Penal define o crime de Calúnia da seguinte forma: “Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Pena: detenção, de seis meses a dois anos, e multa”.

Caluniar é fazer uma acusação falsa, portanto a partir do momento em que o genitor alienador imputa ao genitor alienado de cometer o crime de abuso sexual contra a criança ou adolescente, sendo esta uma informação falsa, aquele incorre no crime de calúnia.

O artigo 139 do Código Penal define o crime de Difamação como “Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação. Pena: detenção, de três meses a um ano, e multa.”

Na realidade, a difamação é conhecida popularmente como “fofoca”, que sendo o fato falso ou verdadeiro, imputa alguém com o escopo de denegrir sua

---

<sup>63</sup>NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. 9ª edição. Editora Revista dos Tribunais. 2009.p.657.



reputação. Nos atos provenientes de alienação parental, observa-se o crime de difamação quando o alienador age de diversas formas com a finalidade de afastar o genitor alienado, implantando na mente do menor as “falsas memórias”, atribuindo características que ofendem a sua reputação.

O último dos crimes contra a honra é a Injúria, legitimado no artigo 140 do Código Penal: “Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. Pena: detenção de um a seis meses, ou multa”. Pode-se relacionar a injúria com a alienação parental pelo fato de que o alienador realiza as campanhas de desmoralização do vitimado com o intuito de destruir a convivência deste com o filho.

Ainda existe a possibilidade de relacionar o crime de denúncia caluniosa com a alienação parental, quando a denúncia feita pelo alienador é falta.

Art. 339. Dar causa à instauração de investigação policial, de processo judicial, instauração de investigação administrativa, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que o sabe inocente:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa.

§ 1º - A pena é aumentada de sexta parte, se o agente se serve de anonimato ou de nome suposto.

§ 2º - A pena é diminuída de metade, se a imputação é de prática de contravenção.

O alienador, quando realiza as imputações e intenta a ação contra o vitimado, atenta contra a honra e a liberdade do genitor alienado, o que poderá ser objeto de investigação por um crime que não cometeu, caracterizando a denúncia caluniosa.

Como visto neste trabalho, a Lei nº 12.318/2010, em seu artigo 6º, no caput, em seus incisos e no parágrafo único prevê medidas para prevenir e atenuar os danos causados pela alienação parental. Apesar desta regulamentação legal, pode ocorrer do genitor alienador descumprir as medidas impostas pelo magistrado e continuar a exercer os atos da alienação.

Neste sentido, a Lei nº 13.431/2017, estabelece o sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e reconhece como forma de violência psicológica os atos de alienação parental, conforme seu artigo 4º, II, b:

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, sem prejuízo da tipificação das condutas criminosas, são formas de violência:

II - violência psicológica:

b) o ato de alienação parental, assim entendido como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avôs ou por quem os tenha sob sua autoridade, guarda ou vigilância, que leve ao repúdio de genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este;

De acordo com o artigo 22, §1º, da Lei Maria da Penha<sup>64</sup>, autoriza-se o juiz a aplicar, além das medidas protetivas elencadas, medidas outras sempre que a segurança da vítima ou as circunstâncias exigirem, combinados com o artigo 6º da nova Lei nº 13.431/2017<sup>65</sup>. Mas se as medidas protetivas forem descumpridas pelo genitor alienador, poderá ser declarada a prisão preventiva do criminoso, de acordo com a nova Lei nº 13.641/2018, que torna infração penal o descumprimento das medidas protetivas de urgência.

Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta Lei:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos.

Deste modo, há que se reconhecer que nas mesmas penas incorre quem pratica atos de alienação parental, considerados como violência psicológica que afronta os direitos e garantias de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Descumprida medida protetiva que assegure, por exemplo, o exercício da guarda compartilhada, além de o juiz decretar a prisão preventiva do infrator – pai, mãe ou responsável – fica ele sujeito a processo criminal.<sup>66</sup>

Em vista de tudo o que foi exposto, é imprescindível que o alienador seja de alguma forma penalizada pelos seus atos, civil ou criminalmente, para que esse

<sup>64</sup>Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.

Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

<sup>65</sup>Art. 6º A criança e o adolescente vítima ou testemunha de violência têm direito a pleitear, por meio de seu representante legal, medidas protetivas contra o autor da violência.

<sup>66</sup>DIAS, Maria Berenice. **Agora Alienação Parental dá Cadeia**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI277944,11049Agora+alienacao+parental+da+cadeia>>Acesso: 03/05/2018.

ato não fique na impunidade, estimulando outros pais ou responsáveis a praticar atos de tamanha violência psicológica, prejudicando o desenvolvimento sadio do menor.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo presente estudo aqui exposto, a família tem se modificado ao longo dos anos pela evolução da sociedade, dando origem a vários arranjos familiares, interligadas agora pelo vínculo da afetividade. Em qualquer forma de composição da família, é dever do Estado a sua proteção, conforme descrito na Constituição Federal de 1988.

A alienação parental comumente é proveniente do rompimento das relações conjugais, quando o genitor alienador, por motivos de vingança pela separação, manipula o menor com a finalidade de afastá-lo do genitor alienado. Foi possível perceber que a síndrome da alienação parental tem ocasionado danos psicológicos na vida da criança e do adolescente, pois o menor é induzido a odiar e rejeitar um dos pais sem nenhuma justificativa plausível. Esta é uma violência psicológica que afeta principalmente as crianças, prejudicando em seu desenvolvimento sadio e muitas vezes passando a ser órfãos de pais vivos. A presença de ambos os pais com a criança é imprescindível para moldar a sua personalidade e seu caráter.

A síndrome da alienação parental viola vários princípios constitucionais como o princípio da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança e do adolescente, do direito à convivência familiar, entre outros. Neste sentido, para evitar o afastamento dos pais com o menor, é necessário aplicar medidas de proteção e punir os praticantes deste ato nocivo, com o intuito de preservar os direitos fundamentais dos filhos.

A prática da alienação parental ocorre há vários anos, sendo descoberta a síndrome da alienação parental na década de 80 pelo psiquiatra Gardner. No Brasil, após muito tempo sem uma legislação que regule o assunto, em 26 de agosto de 2010 finalmente foi aprovada a Lei da Alienação Parental. A Lei nº 12.318/10 veio para proteger os interesses da criança e do adolescente bem como para todas as pessoas vítimas da alienação parental, conceituando e caracterizando os atos desta prática.

O artigo 6º da referida lei elenca algumas medidas que o magistrado poderá aplicar aos responsáveis alienadores para evitar e punir a alienação parental, dentre elas estão a advertência, multa, perda da guarda ou alteração para a guarda compartilhada, suspensão e destituição do poder familiar. Ressalte-se que estas

sanções previstas na lei são exemplificativas, portanto poderá o juiz a depender do caso concreto, aplicar outra medida punitiva visando o melhor interesse da criança. Os operadores do direito, psicólogos, psiquiatras, assistentes sociais, possuem a difícil missão de identificar a alienação parental e tentar solucionar o mais rápido possível e da maneira mais adequada, para evitar maiores danos advindos da síndrome da alienação parental.

Conclui-se, deste modo, que as sanções do genitor praticante da alienação parental devem ser aplicadas pelos operadores do poder judiciário, pois estão respaldadas na legislação pertinente à alienação parental, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Maria da Penha, no Código Civil e no Código Penal. Como visto neste trabalho, as sanções estão regulamentadas e vêm firmando jurisprudência nos tribunais brasileiros, que tem a devida finalidade de proteção dos direitos fundamentais do menor e também garantir o melhor interesse da criança e do adolescente.

Através dos julgados analisados neste trabalho, observa-se ainda que as legislações e as sanções estão sendo efetivas, ou seja, estão sendo aplicadas por sentenças e acórdãos nos diversos tribunais dos Estados Brasileiros, atendendo ao melhor interesse do menor e a doutrina da proteção integral. O magistrado verifica em cada caso concreto, baseando-se em estudos sociais e psicológicos, para certificar-se ao decretar a melhor sanção a ser cumprida pelo alienador, no intuito de interromper o processo da alienação parental, causando menos danos possíveis à criança e ao adolescente.

## REFERÊNCIAS

ALENXANDRIDIS, Georgios; FIGUEIREDO, Fábio Vieira. **Alienação Parental**. 2º Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 25 mar.2018.

BRASIL. Lei 10.406/02. **Código Civil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Lei 8.069/90. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 19 abr. 2018.

BRASIL. Lei 12.318/10. **Dispõe sobre a alienação parental**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12318.htm). Acesso em: 08 abr. 2018.

CARDIN, Valéria Silva Galdino. **Dano moral no direito de família**. 1.ed.São Paulo: Saraiva,2012.

CORREIA, Eveline de Castro. **Análise dos meios punitivos da nova lei de Alienação Parental**. Disponível em : [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9272](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9272) > .Acesso em : 30/04/2018.

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Editora Martim Claret, 2005.

CURY, Munir; SILVA, Antonio Fernando do Amaral e; MENDEZ, Emílio García (Coord.). COSTA, Antonio Carlos Gomes da, et al. (Org.). **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 11. Ed. São Paulo, Malheiros Editores, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Agora Alienação Parental dá Cadeia**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI277944,11049Agora+alienacao+parental+da+cadeia>>Acesso: 03/05/2018.

DIAS, Maria Berenice. **Alienação Parental e a perda do poder familiar**. Disponível em:<<http://mariaberenice.com.br/>. Acesso em 25 de abril 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias**. 4º Edição. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2007.p., *Apud*. SOUZA, Alinne Bianca Lima;BELEZA, Mirna Carla Moreira; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de.

DIAS, Maria Berenice. **Escritura reconhece união afetiva a três**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/4862/novosite> > Acesso em 18/03/2018.

DIAS, Maria Berenice. **Família, Ética e Afeto**. Consulex. Brasília. 2004.p.34-35. *Apud* CUNHA, Matheus Antonio da.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 9ª Edição. Edição da Revista dos Tribunais. São Paulo, 2013.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das Famílias**. 7 ed, Revista, Atualizada e Ampliada, Editora : Revista dos Tribunais, 2010.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 10ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Síndrome da Alienação Parental**. O que é isso? In: Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. 1. ed. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2008.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**: Texto integral. Traduzido por Ciro Mioranza. 2. ed. rev. São Paulo: Escala, [S.d]. (Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal, v. 2).

FIGUEIREDO, Fábio Vieira; ALEXANDRIDIS, Georgios. **Alienação Parental**. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

FREITAS, Douglas Phillips; PELIZZARO, Graciela. **Alienação Parental: comentários à Lei nº. 12.318/2010**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GARDNER, Richard. **O DSM-IV tem Equivalente para o Diagnóstico de Síndrome de Alienação Parental (SAP)**. Traduzido por: Rita Rafaeli. 2002. Pág. 56. Disponível em: <<http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1?o-dsm-iv-tem-equivalente>>. Acesso em: 23 de abril de 2018.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Novo Curso de Direito Civil. 3. Responsabilidade Civil. 10 ed. Revista atualizada e ampliada – São Paulo. Saraiva, 2012.

GOMES, Roseane dos Santos. **Evolução do Direito de Família e a mudança de paradigma das entidades familiares**. 2007. Disponível em: <<http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1006>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto – **Direito Civil Brasileiro**, volume 6: direito de família – 8ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2011.

GRISARD FILHO, Waldyr. **Guarda Compartilhada: um novo modelo de responsabilidade parental**; 2ª edição revista e atualizada; São Paulo: Revista dos Tribunais; 2002.

GUAZZELLI, Mônica. **A falsa denúncia de abuso sexual**. In: DIAS, Maria Berenice (Coord). **Incesto e alienação parental**: realidades que a justiça insiste em não ver. 2. Ed. rev. atual e ampl – São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 2010.

GUILHERMANO, J. F. **Alienação parental: aspectos jurídicos e Psíquicos**. 2012. Curso de Direito. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 1.0, Rio de Janeiro, RJ Brasil editora objetiva ltda, dez 2001 .

KRAMER VS. KRAMER . Direção: Robert Benton.Roteiro: Robert Benton. Elenco: Bill Moor, Carol Nadell, Dan Tyra, David Golden, Donald Gantry, Dustin Hoffman, Ellen Parker, Evelyn Hope Bunn, Frederick W. Hand, George Coe, Howard Duff, Howland Chamberlain, Ingeborg Sørensen, Iris Alhanti, Jack Ramage, Jane Alexander, Jess Osuna, Joann Friedman, JoBeth Williams, Joe Seneca, Judith Calder, Justin Henry, Kathleen Keller, Melissa Morell, Meryl Streep, Nicholas Hormann, Peter Lownds, Petra King, Quentin J. Hruska, Richard Barris, Scott Kuney, Shelby Brammer.Produção: Stanley R. Jaffe.Fotografia: Néstor Almendros.Trilha Sonora: John Kander.Duração: 105 min..Ano: 1979.País: Estados Unidos

LEMIZS, Ivone Ballao. **O princípio da dignidade humana**. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/5649/O-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana>>. Acesso em 26/04/2018.

LOBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. 4.ed. São Paulo: Saraiva,2011.

LOUZADA, Ana Maria Gonçalves.2011.

MAGALHÃES, Maria Valéria de Oliveira Correia. **Alienação Parental e sua Síndrome: Aspectos Psicológicos e Jurídicos no Exercício da Guarda após a Separação Judicial**. Bagaço , Recife: 2011.

MOTA,Tércio de Souza; ROCHA, Rafael Ferreira; MOTA, Gabriela Brasileiro Campos. **Família – Considerações gerais e historicidade no âmbito jurídico**. Disponível em: [http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8845](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8845) Acesso em: 10/03/2018.

NADER, Paulo.Curso de direito civil, v. 5: direito de família / Paulo Nader. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 9ª edição. Editora Revista dos Tribunais. 2009.

PODEVYN, François. **SÍNDROME DE ALIENAÇÃO PARENTAL**. Disponível em: < <http://www.apase.org.br/94001-sindrome.htm>> Acesso em: 31 abr. 2018.

SANDRI, Jussara Schmitt. **Alienação Parental: o uso dos filhos como instrumento de vingança entre os pais**. Curitiba: juruá , 2013.

SILVA, Regina Beatriz Tavares. **União poliafetiva é um estelionato jurídico**. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI165014,81042-Uniao+poliafetiva+e+um+estelionato+juridico>>Acesso em 18/03/2018.

SILVA, Denise Maria Perecine. **Mediação e Guarda Compartilhada – Conquistas para a família**. Curitiba: Juruá, 2011.

SIMÃO, Rosana Barbosa Cipriano. **Soluções judiciais concretas contra a perniciosa prática da alienação parental**. In: *Síndrome da alienação parental e a tirania do guardião: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. Organizado pela Associação de Pais e Mães Separados. 1. Ed. São Paulo: Editora Equilíbrio, 2008.



SILVA, Denise Maria Perissini. **Guarda Compartilhada e Síndrome de Alienação Parental: O que é isso?**. 1. Ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2010.

SOUZA, Alinne Bianca Lima; **BELEZA**, Mirna Carla Moreira; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de. 2014.

TARTUCE, Fernanda. Processo Civil, aplicado ao Direito de Família. São Paulo: Método, 2012.

\_\_\_\_\_. TJ-PE. **AI nº 31867 65**. Rel. Stênio José de Sousa Nei va Coelho. Julg. 19.2.2014. DJE, 25 fev. 2014.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; BENTZEEN, Ana Luiza Capanema Bahia Von. **Síndrome da Alienação Parental**. 2014.

TRINDADE, Jorge. Síndrome da alienação parental. In: Dias, **Maria Berenice (coord.)**. **Incesto e alienação parental: realidades que a justiça insiste em não ver**. 2. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**. 8ª Edição. Ed. Atlas. São Paulo, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14ª edição. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

WITZEL, Ana Cláudia Paes. 2012.

ZIMMERMAN, David. COLTRO, Antônio Carlos Mathias. **Aspectos psicológicos na prática jurídica**. 2ª Ed.-Campinas, SP: Millennium Editora, 2007.

ZIMMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias –(org.) **Aspectos Psicológicos na Prática Jurídica**. 3ª Edição. Campinas, SP: Editora Millennium, 2015.

PEREIRA, Geni Paulina. Síndrome da Alienação Parental: Uma Análise Constitucional. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,sindrome-da-alienacao-parental-uma-analise-constitucional,36031.html>. Acesso em 07 de Junho de 2018.